

Acta n°4/2009

**ACTA DA QUARTA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM DEZ DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E NOVE**

No dia dez de Setembro de dois mil e nove teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quarta sessão ordinária de 2009 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2 - Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto - Estatuto de Utilidade Pública;**
- Ponto 3 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico da Cidade de Coimbra;**
- Ponto 4 - "O Vigor da Mocidade" - aquisição de uma parcela de terreno, freguesia de S. Martinho do Bispo;**
- Ponto 5 - Clube de Tempos Livres de Santa Clara - cedência de uma parcela de terreno, freguesia de Santa Clara;**
- Ponto 6 - Junta de Freguesia de Assafarge - cedência de parcela de terreno;**
- Ponto 7 - Regulamento de Apoio a estratos sociais desfavorecidos, na elaboração de projectos de apoio técnico na execução de obras - alteração;**
- Ponto 8 - Previdência Portuguesa - desafecção de uma parcela de terreno do domínio público, freguesia de S. António dos Olivais;**
- Ponto 9 - Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público, freguesia de Cernache;**
- Ponto 10 - Associação Portuguesa de Habitação Municipal - adesão;**
- Ponto 11 - Geminação entre os Municípios de Coimbra e Chaves.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada "Por Coimbra" (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, António Alberto Maló de Abreu, Carlos Manuel Nunes da Silva, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel de Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva, Francisco José de Batista Veiga, João Francisco Lencastre Campos, Ricardo José Jesus Cândido, João Filipe Simões Amaro, Paulo Luís Cunha Almeida e José Manuel Oliveira Alves.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino Moura

Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Barroca, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira. Faltaram justificadamente os Presidentes de Junta de Freguesia da Sé Nova e de Eiras.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

António Reis Marques, Abílio Vassalo Abreu, Isabel Maria Nobre Vargues, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, José Manuel Ferreira da Silva, Maria Ângela Carvalheiro Pinto Correia, João André Brás Tralhão e Luís Santarino Fernandes.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente, José António Oliveira Cortesão e António Fausto Gomes Matos.

Faltou justificadamente Maria do Carmo Correia dos Santos.

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca e José Miguel Pacheco Gonçalves.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Victor.

Faltou justificadamente Fernando Jaime Alves Martinho.

Faltou justificadamente o Presidente da Junta de Freguesia do Ameal.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Catarina Isabel Caldeira Martins e Serafim José dos Santos Duarte.

Independente:

Maria Reina Martin Pimpão.

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Mário Mendes Nunes, Jorge Filipe de Gouveia Monteiro e Álvaro Santos Carvalho Seco.

Mesa:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Maria Ângela Carvalheiro Pinto Correia, como Primeira Secretária e Margarida Rodrigues Viegas como Segunda Secretária.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputada municipal, Maria Helena Brandão Moura Ramos pelo período de 5 dias com início a 3 do corrente mês.

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão da lista, imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PSD/CDS/PP) na coligação “Por Coimbra” na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, José Manuel Oliveira Alves.

-Deputada municipal Carla Andrea dos Reis Violante pelo período de 10 dias com início a 21 de Abril do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível Luís Santarino Fernandes.

Período antes da ordem do Dia:

Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu "Por Coimbra":

"Quero aproveitar esta última intervenção que faço nestes 4 anos de mandato desta Assembleia para referir sobretudo três aspectos, que me parecem importantes de serem relevados.

O primeiro aspecto é do que é importante, hoje, como sempre, dar uma palavra de agradecimento e de estímulo, àqueles que são os verdadeiros heróis do poder local. Os verdadeiros heróis do poder local, do meu ponto de vista, são os Presidentes de Junta de Freguesia e os elencos que compõem as juntas de freguesia, todos, sem o excepção.

Como imaginam, eu tenho obrigações, mas tenho também o dever de reconhecer que os presidentes de junta de freguesia e a todos que compõem as juntas, de que são os verdadeiros heróis do Poder Local, estão mais perto das populações, são os que sentem as dificuldades e são os que têm mais dificuldades em resolver os problemas, mais angústias, mais trabalho, mais dedicação, muitas vezes sem nada receber em troca.

Sendo certo que, temos discussões, divergências, divergências profundas, mas, sendo certo também, que devemos uma palavra de grande reconhecimento e de profundo agradecimento àqueles que mais se sacrificam nesta democracia portuguesa, na forma como está estruturada a democracia portuguesa e que são os eleitos de base. Eu admiro-vos e quero dizê-lo publicamente.

Depois, importa-me também, porque não devo fugir às questões, falar do que é o nosso presente, o nosso passado e o nosso futuro.

Todos nós e eu também, tenho um sonho para Coimbra, todos nós e eu também, tenho uma ambição para Coimbra.

Hoje, eu vim aqui propositadamente sem cábulas, sem textos escritos, vim de alma lavada, de coração aberto, olhando nos olhos, para vos dizer aquilo que acho, que é Coimbra.

Sinceramente, Coimbra está muito melhor do que estava!

Coimbra poderia estar muito melhor do que está! E nós estamos aqui, e estaremos aí, para a fazer muito melhor.

Eu sei que não importa só o sonho mas eu sou sobretudo um sonhador. Eu sei que não importa só o sonho e ambição, importa a acção, importa fazer. O que vale o sonho e a ambição sem a realização, sem o fazer, sem o concreto.

Nós podemos ser heróis, uma vez na vida, mas devemos ser heróis todos os dias, que é resolver todos os dias os pequenos problemas das pessoas, porque

quando nos metemos nesta coisa da política, não nos metemos por vaidade pessoal, não nos metemos por ambições pessoais, metemo-nos por vontade de servir as pessoas.

A diferença entre o sonho e o fazer, é a diferença entre a ambição de querer o Metro, e a acção de não ter o Metro, a diferença entre o sonho e o fazer, é a ambição de querer uma Estação Nova, uma Estação Velha que nos orgulhe.

A diferença entre o sonho e a realização, é a ambição de não querer derrapagens nas obras públicas, é de querer as obras públicas acabadas a tempo, é de já termos o Pediátrico acabado e a acção de o fazer como deve ser.

Nós sonhamos como todos sonhamos. Nós temos a ambição como nós todos temos a ambição. Mas nós temos a acção, de todos os dias realizar sobretudo as pequenas obras, até aquelas que não têm visibilidade pública para concretizar o sonho humilde das pessoas que estão neste concelho.

Nós temos um princípio, um pilar, entre outros que nos acompanha, é de que tratamos todos por igual.

Nós não diferenciamos as freguesias urbanas das freguesias rurais, o norte e o sul do concelho, a margem direita da margem seca.

Nós tratamos a todo por igual e muitas vezes, eu oiço críticas de Presidentes de Junta com quem falo, que são exagerados os apoios que a Câmara dá a certas freguesias do concelho, eu até oiço críticas, de candidatos no futuro que nos falam em dificuldades para vencer um Presidente de Junta instalado porque a Câmara o apoia demais. Não, não o apoia demais, apoia porque é preciso apoiar, não apoia demais por ser deste ou daquele partido, apoia porque julga que deve ser apoiado.

Um sorriso do Presidente da Junta de Freguesia de Brasfemes vale mil palavras. Há, portanto e aproximam-se eleições legislativas e autárquicas e esta Assembleia, sendo uma Assembleia Municipal, não deve escamotear as questões decisivas ou as eleições decisivas que se aproximam.

Coimbra não é mais porque mais não quer o poder central.

Coimbra não é mais, porque há hoje um poder que tem duas facetas que no nosso ponto de vista são irremediáveis colados à máscara.

A primeira faceta, é de que em Portugal, Lisboa continua a ser Lisboa e o resto é paisagem.

A segunda faceta é de que não sei porque motivo, nem sei se Freud explicará, porque é que este Primeiro-Ministro que temos, não gosta de nós, não nos apoia. Há obras fundamentais em Coimbra, que eram necessárias serem apoiadas pelo Governo Central, há obras em Coimbra, que estranhamente não são desenvolvidas por falta de apoio do Poder Central e que continuam a não o ser, por teimosia, por cegueira, expliquem!

Nós aqui na Assembleia e também na Câmara, honra seja feita ao Dr. Carlos de Encarnação não tentou fazer um executivo sectário, aliás segundo julgo a primeira grande proposta que fez, foi de grande participação no executivo da câmara, porque tenho a certeza também que há uma linha que nos une, é a linha de que todos queremos o melhor para Coimbra, de que todos gostamos deste concelho, de que todos amamos esta cidade, e de que todos queremos o melhor para Coimbra.

Houve quem quisesse trabalhar connosco, apesar de termos maioria absoluta, apesar de termos maioria absoluta no executivo poderemos montar e trabalhar sozinhos, e aprovar o que quiséssemos e fazer o que quiséssemos. Nós fizemos

uma opção princípio, por Coimbra vamos trabalhar em conjunto, houve quem não quisesse mas houve quem quisesse.

O meu primeiro elogio vai para o Dr. Gouveia Monteiro que fez um excelente trabalho, como vereador da Câmara Municipal de Coimbra e tenho pena que não esteja aqui hoje, para que eu possa dizer de viva voz.

Apesar de todas as divergências ideológicas, de todas as divergências políticas, fez uma opção em trabalhar em conjunto, e não se perde nada com isso, quero recordar que o Dr. Manuel Machado chegou a Presidente da Câmara depois de ter sido vereador a tempo inteiro, de um Presidente que era do PSD. Isso não envergonha ninguém, acho que isso só o valoriza, só mostra o trabalho que é feito, que vergonha há em termos autárquicos de trabalharmos em conjunto?

Se obviamente o que nos separa é intransponível, admito que sim, agora se é muito que nos une e podemos trabalhar com civilidade entre todos o que nos une por Coimbra é muito mais importante do que nos divide.

Esta foi a nossa forma de trabalhar tanto no Executivo, digo eu como na Assembleia Municipal, apesar das divergência profundas e do incomodo que muita polémica e com muitos debates nos causaram, obviamente mantivemos sempre aqui na Assembleia e julgo também no Executivo, o que eu pude acompanhar, o mínimo respeito pelo outro, que aliás compõe os nossos princípios humanistas e reformistas e do interesse das pessoas em primeiro lugar.

Vou acabar dizendo o seguinte:

Estamos aí para mais um combate eleitoral e vamos fazê-lo com toda a frontalidade, vamos fazê-lo sabendo que em democracia nada está ganho à partida, vamos fazendo respeitando os nossos adversários, vamos fazendo discutindo as ideias com todos, e vamos fazê-lo com conflitualidade de certeza que a última palavra queiram ou não queiram em democracia cabe as cidadãos.

E que por nós achamos que os cidadãos nos vão acompanhar e nos vão apoiar em mais um mandato.

Finalmente, Senhor Presidente quero desejar naturalmente como líder da Bancada da “Coligação Por Coimbra” tanto ao Bloco de Esquerda, à Dra. Catarina Martins e como ao Dr. Serafim que tenham os maiores êxitos nesta campanha que se advinha.

Quero desejar à CDU, naturalmente e com quem tivemos grandes divergências, e com que temos grandes divergências, os maiores êxitos na certeza que nos cá encontraremos para continuar o nosso combate, para sublinhar as nossas diferenças, mas continuar a lutar por Coimbra.

Quero desejar, sinceramente, ao Partido Socialista os maiores êxitos, sendo que os maiores êxitos que desejo, calcularam quais são, calcularam que os maiores êxitos que desejo estão bastante abaixo, não direi das vossas expectativas porque V. Ex^{as} sabem quais são as vossas expectativas, mas estão abaixo obviamente daquilo que desejariam.

Quero sobretudo dirigir uma palavra pessoal ao Dr. Reis Marques.

Fi-lo também a outros líderes de bancadas do Partido Socialista, ao Dr. Reis Marques apesar das diferenças políticas que existem entre partidos, teve sempre aqui um comportamento de que eu classifico como a de um verdadeiro senhor! De um senhor da política, não falo obviamente das suas qualidades pessoais que como sabe escuso de as dizer, as suas qualidades pessoais e profissionais que eu admiro, das suas qualidades políticas como homem de bom senso e de

consenso, como homem de vincar as divergências mas procurar os encontros e sabe a admiração profunda que lhe tenho.

Finalmente também a minha bancada, agradecer o apoio, e sublinhar que apesar de sermos minoritários me orgulho muito de todos e da bancada que tenho e me honraram em ser líder de bancada. Dizer-vos que às vezes é difíceis as palavras mas agradecer-vos.

Finalmente ao executivo da Câmara, o Dr. Carlos Encarnação não precisa palavras de elogio, digo-as pessoalmente e seria até redundante, eu falar e dizer aquilo que acho do Dr. Carlos Encarnação, basta estar hoje aqui, e estar com ele para provar a admiração imensa que tenho pelo homem e pelo político.

Mas a palavra que devo é sobretudo àqueles, que em política é isto mesmo, ninguém é interno na política, eu levo a política a sério mas não me levo a sério na política a política é feita é transitória, é feita de idas e vindas. Devo uma palavra aos vereadores da Câmara municipal que não estarão naturalmente no próximo mandato.

Uma palavra ao Marcelo Nuno, meu querido amigo, pelo trabalho que fez, pelo empenhamento que teve.

Uma palavra ao João Rebelo, que se mostrou incansável no trabalho que desenvolveu.

Uma palavra ao Dr. Mário Nunes, esta palavra ao Dr. Mário Nunes é uma palavra muito sentida.

Para além naturalmente agradecer a si Senhor Presidente da Assembleia de eu ter tido a honra de ter sido Presidido por V. Ex.^a, mas é escusado esse agradecimento.

Numa Cidade como Coimbra o Dr. Mário Nunes foi considerado um vereador menor, tenho alguns amigos intelectuais, que menosprezavam a capacidade do Dr. Mário Nunes sobretudo uma certa intelectualidade de Coimbra menosprezou e até humilhou o Dr. Mário Nunes.

Dr. Mário Nunes quero-lhe dizer hoje aqui, de viva voz, a admiração profunda que tenho por si, pelo trabalho que desenvolveu, pelas dificuldades que enfrentou, pelas dificuldades imensas que enfrentou e que não eram nada fáceis de serem enfrentadas, se V. Ex.^a não tivesse a humildade, a dedicação de estar sempre presente fosse na ópera mais importante ou fosse a ouvir a mais singela das Baladas de Coimbra."

Intervenção da deputada municipal Ângela Pinto Correia (PS):

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

Senhores vereadores presentes, caros e caras colegas.

Esta é a última reunião da Assembleia Municipal de Coimbra, no mandato de 4 anos que está já a terminar.

Dentro de um mês e meio, os municípios de Coimbra irão pronunciar-se sobre quem querem à frente dos destinos da sua cidade e do seu concelho. Mas esta será de igual modo a última reunião que farei parte como deputada eleita e consequentemente como Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Coimbra.

Foi uma experiência gratificante, pois na década de 80 fui eleita para a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho e desde então não estive muito ligada à dinâmica autárquica. Nesse tempo éramos só duas mulheres eleitas. Desde essa altura, até aos tempos de hoje, houve no entanto uma evolução

positiva na intervenção das mulheres nas autarquias que culminou com a entrada em vigor da recente lei da paridade.

Que fique claro, que esta minha intervenção não será uma intervenção de despedida, porque iremos com toda a certeza encontrarmo-nos na defesa de um desenvolvimento sustentado que promova melhores condições de vida no nosso concelho.

Porém não posso, nem quero deixar de me dirigir, ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e à minha colega de Mesa Eng.^a Margarida Viegas pela maneira afável e simpática como sempre lidaram comigo mesmo nas nossas divergências ideológicas e pela cooperação na orientação dos trabalhos.

Aos representantes dos grupos políticos, em especial realce ao Dr. Reis Marques, meu líder parlamentar o meu obrigada pela forma solidária como sempre me tratou.

Ao Bloco de Esquerda, na pessoa do Dr. Serafim que já nos conhecíamos em iniciativas cívicas na luta pelos direitos de cidadania.

A CDU com o Dr. Pinto Ângelo, e as suas acutilâncias e relevâtes intervenções.

À “Coligação Por Coimbra” com o líder de bancada Dr. Maló de Abreu, o meu agradecimento pela forma colaborante que sempre demonstraram.

Tenho que aqui realçar a Dra. Maria Reina.

Como diz o ditado os últimos são os primeiros.

Deixo aqui o meu apreço pelo trabalho desenvolvido pela D. Arménia, pela D. Amélia que sempre demonstrou a disponibilidade em ir ao meu encontro a qualquer hora, para que os documentos fossem assinados de modo a que os prazos fossem sempre cumpridos.

Coimbra merece todo o nosso esforço, para que volte a ter a posição determinante como pólo aglutinador do saber e do desenvolvimento.

Temos todas as condições, para que essa realidade seja um imperativo.

Desde a área da Saúde a nível nacional e internacional somos reconhecidos pela competência na prestação de serviços e na investigação, passando pela área cultural com toda a nossa riqueza a nível de património que tem que ser inevitavelmente um factor gerador do progresso.

A Cidade não pode continuar estar separada, tendo somente as duas pontes a unir as duas margens.

Termino com Coimbra e com Ambição mais uma vez os meus agradecimentos."

Intervenção do deputado municipal Serpa Oliva (Por Coimbra):

"Quase poderia fazer minhas as palavras da oradora que me antecedeu.

Ao fim de oito anos é a última vez que subo a esta bancada, com alguma emoção devo dizer.

Senhor Presidente, meu querido amigo Manuel Porto

Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores vereadores, Senhor Presidentes de Junta e Deputados Municipais, Comunicação Social, e englobo aqui também a D. Arménia e D. Amélia.

E nomeio, não por ordem, mas meramente foi assim que descrevi, o Dr. Maló de Abreu, o Dr. Reis Marques, o Dr. Pinto Ângelo, e o Dr. Serafim.

Subo a esta tribuna pela última vez, única e exclusivamente para vos deixar um enorme agradecimento por tudo o que me deram ao longo destes 8 anos.

Aqui aprendi muito, e procurei ouvir todos de que ao sentido ao falarem e ao expressarem as suas ideias, o fizeram para bem do nosso concelho, e desta Coimbra de sempre.

Discordando frontalmente de muitas das ideias que foram expostas, tal facto não as torna seguramente menos validas desde que o objectivo, seja o bem dos outros que nos elegeram.

Um agradecimento muito especial a toda a vereação, e a si, Senhor Presidente da Câmara.

A obra está aí, o Senhor será recompensado por ela. Assim estou certo.

Um último pedido ao deputado Carlos Cidade, uma má interpretação daquilo que havia dito levou-o a ficar zangado.

Não o fiz com a intenção de o ofender, fi-lo porque me senti com as suas palavras escritas num Diário da Cidade.

No entanto, já o cumprimentei, e já lhe disse que o passado para mim é passado, espero que para si, como para mim, tudo seja passado.

É que aquilo que nos interessa a todos, é o futuro, porque é no futuro que iremos gastar o resto dos nossos dias.

A todos meus caros amigos com alguma emoção e como meu pai me ensinou, bem-haja!"

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Indep):

"Senhor Presidente da Assembleia.

Caros colegas desta Assembleia Municipal

Ao Dr. Carlos da Encarnação, Presidente da Câmara e Vereadores presente

Comunicação Social, D. Arménia e D. Amélia, todos aqueles que aqui estão presentes.

Efectivamente mais uma pessoa que sobe a este púlpito, pela última vez nesta Assembleia Municipal de Coimbra.

Disse-o na Assembleia Municipal anterior que era hora de fazer um balanço, um balanço que eu faço em relação ao que foi ao meu mandato. Um mandato que exerci integrada numa bancada, numa coligação pela qual fui eleita, em nome de um partido ao qual pertenço, e um mandato que exerci quase metade desse mandato como independente.

Quero dizer que não é fácil, ser-se independente, quando não se tem o apoio da estrutura partidária local, refiro local porque as estrutura partidária vai além do local vai ao nacional.

Mas também quero dizer que não é difícil ou não é impossível, ser-se independente tomar-se as posições quando acreditamos que efectivamente defendemos os nossos ideais.

Todos sabem que rompi com a minha bancada, não por uma questão de discordar da posição que os membros do meu partido tomavam, mas porque sempre encarei que, ao ser eleita pela Coligação CDS/PP, com o PSD e o PPM, haveria diferenças que teríamos que assumir. Por isso mesmo não pertencemos a um só partido.

Não cedi a pressões, não cedi a chantagens, não cedi a ameaças e não cedi a retiradas de confianças políticas, segui apenas aquilo que achei que deveria fazer. Manter a minha integridade porque eu também estou na política porque acredito na política, porque acho que há seriedade na política, mas não vivo felizmente da acção política, nem dependo do partido nem de qualquer estrutura autárquica, nem quando fui aqui adjunto de um vereador não estava em causa a

minha sobrevivência, para ter que ceder às chantagens e pressões que fui submetida.

Hoje, estou aqui para dizer que nestes quatro anos, porque também sou municipalista, acho que efectivamente o poder autárquico, o poder local é aquele que mais se aproxima do cidadão, é se calhar aquele que menos importância se dá em todo o quadrante político.

De ser-se deputado nacional é uma coisa, ser-se membro de uma assembleia municipal é outra. Mas, a verdade é que é como membros das assembleias municipais, como vereadores, como Presidentes de Junta de Freguesia que estamos mais próximos daqueles que nos elegeram que efectivamente conseguimos fazer o nosso papel.

O nosso papel que é responder aquilo que foram os anseios, as preocupações de quem em nós um dia colocou o voto.

Quero dizer-vos que aprendi muito, sem dúvida aprendi com todas as bancadas. Aliás orgulho-me sem ter a preocupação de ter uma posição política-partidária estrita que apenas me iria restringir a seguir aquilo que são, as instruções de um determinado partido, orgulho-me de sempre que houve uma proposta nesta Assembleia Municipal, que de alguma forma correspondia a uma melhoria para a Cidade de Coimbra, viesse ela do Bloco de Esquerda, ou da bancada a qual eu estava integrada, de a votar de contribuir com algumas propostas. Eu acho que a política é isso é o aproveitar o que há de bom em cada proposta e não seguir uma política só de lógica partidária.

Por isso mesmo, hoje posso dizer, que desempenhei as minhas funções com seriedade, não vim aqui de corpo presente nenhuma vez, não levantei o braço por levantar, votei a favor quando assim o entendia, votei contra ou abstive.

Encaro, esta função que desempenhei até hoje, porque é o último dia desta Assembleia Municipal e é o último dia que estarei nesta Assembleia Municipal "Por Coimbra", encaro a minha actividade com seriedade!

Com prejuízos profissionais, prejuízos pessoais, deveria amanhã estar e ao receber esta convocatória, entendi que não o poderia fazer, deveria amanhã estar a partir para junto das Comunidades Portuguesas na Europa, onde efectivamente sou candidata e onde tenho o dever de estar presente. Mas entendi que não poderia faltar a esta Assembleia, não para me vir despedir, não para vir dizer que apreendi ou para vir dizer que acho que ainda há muito para fazer ainda nesta Cidade e que espero que o rumo mude, mas porque efectivamente quando somos eleitos devemos pensar se temos ou não capacidade para levar esse mandato até ao final.

Acredite Dr. Maló que não sou pessoa de dizer pelas costas, e pela frente outra, que apreendi muito consigo, disse-lhe uma vez aqui que era um animal político, num bom sentido da palavra e compreendo hoje o seu discurso, porque efectivamente entendo que a sua força de homem político teria de vir dar uma ajuda a alguém.

Hoje quando entrei nesta sala, ou melhor quando se sentou o Senhor Presidente da Câmara, olhei e vi que era um homem só! Olhei mesmo quando começou a ter os vereadores olhei e pensei, como é que era possível de uma lista toda de vereadores que tinha como é que era possível hoje, não fazerem parte dessa lista esses vereadores.

Não tem a ver com renovação política, tem a ver porque acho que as políticas implementadas pelo Senhor Presidente da Câmara, efectivamente queriam

aniquilam as pessoas, quando olhei para si, lamento dizer-lhe mas olhei e vi que era um homem só.

Lamento profundamente que o Eng.º João Rebelo e o Dr. Mário Nunes, não façam parte da lista, foram dois vereadores mesmo quando tive discordâncias pontuais reconheço que ninguém nesta sala ou nesta cidade será capaz de não reconhecer a sua competência profissional.

É claro que também me alegrei ao perceber que efectivamente de todos os vereadores da Câmara deste executivo actual, só se mantém vereador do CDS/PP, afinal Senhor Presidente tanta coisa, há 4 anos atrás contra o nome de Luís Previdência, como vereador do CDS e hoje terá que reconhecer, que foi o único que manteve nas suas listas.

Isso, como CDS/PP dá-me orgulho, o que lamento é que mais uma vez não tenhamos aproveitado a oportunidade para não sermos 1/5 porque 1/5 não vamos lá, lamento profundamente que não tenhamos uma melhor posição, provavelmente não teremos esta câmara reeleita, e por uma razão Senhor Presidente, porque efectivamente o Senhor foi um mau Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. O problema não é do governo, isso diriam 309 municípios deste País, o problema é quem está no poder autárquico tem a obrigação de reivindicar e encontra mecanismos para reivindicar para o seu município aquilo que efectivamente precisa.

Tenho algum bom exemplo para lhe dar Ponte de Lima.

Mas digo-lhe também, que eu se calhar tenho que fazer aquilo que uma vez, um Presidente da CDU recomendou, ou tentar ver se consigo fazer, que é tapar a fotografia, e colocar o voto senão não sei como irei conseguir.

A verdade é que eu espero, que quem ficar à frente dos destinos desta cidade a conduza de outra forma.

Coimbra merece outro e desculpem que vos diga: Não basta ter Amor é preciso saber e ter Ambição”

Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas:

"Acabo este mandato na Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas, como comecei há oito anos. Subi a esta tribuna para dizer bem e para dizer mal. Foi sempre esta minha postura e hoje termino de igual modo.

Castelo Viegas há oito anos não tinha quase nada para dizer mesmo a verdade não tinha nada.

Alargamento da estrada Stª Luzia/Stº Amaro tinha projecto mas a sua construção tardava, foi feita.

O edifício da Junta de Freguesia e posto médico tinha projecto para ser Junta de Freguesia e sala de pensos é hoje um belo posto médico, o projecto foi outro e tivemos que negociar o terreno nessa altura, até se fala que pode vir a ser uma unidade de saúde familiar.

Má distribuição de água pública e falta de saneamento era o que existia. Hoje 90% de cobertura de saneamento, temos que acabar o que falta, e até já há promessas.

A casa mortuária do lugar de Castelo Viegas era na casa da Junta de Freguesia onde conviviam em paz de espírito, os ratos, os mortos e o executivo da junta, todos tinham que ceder um pouco para aquilo correr bem, hoje está lá uma casa restaurada que esta se chama casa Multiusos em homenagem aos seus habitantes antigos, ratos mortos e casa da Junta.

O saneamento em Castelo Viegas é de calamidade, a sua remodelação se era falada não foi concretizada, e a solução da ampliação da Etar da Couraria para resolver aquele grave problema começou a tomar caminho muito recentemente, está pronta e o saneamento de Castelo Viegas vai finalmente ser resolvido. Na certeza de que as couves de Castelo Viegas voltar a ser cotadas em bolsa, até já por lá se fala na confraria das couves. Lindo!

O alargamento do cemitério só era possível porque o terreno já tinha sido dado à Junta de Freguesia, no entanto não havia projecto nem time para o fazer. Fez-se o projecto começaram as obras e dentro de pouco tempo está concluído.

Parques infantis remodelados, fontes e escola de Castelo Viegas remodelada são outras obras feitas.

Muito mais haveria para dizer mas não vos quero maçar muito, até porque esta minha cassete não estando riscada já passou várias vezes e também nesta sala.

É uma cassete bem animada.

Está por fazer a chamada variante a Castelo Viegas com bons acessos a Vale de Cabras, estou certo que ainda se irá começar este ano, o Senhor Presidente o dirá.

Também se fala por lá que o Senhor Presidente prometeu uma piscina, nunca lhe fiz a pergunta nem nunca ouvi falar nisso, mas que uma piscina em Castelo Viegas, servindo as freguesias ali à volta caía bem não tenho dúvida fica também para o Senhor Presidente responder.

Congratular-me com a linha 43 que sai de Coimbra para Almalaguês, também passa por terrenos da Freguesia de Castelo Viegas, nomeadamente no Casal de S. João, no entanto, hoje soube que o Senhor Presidente da Junta de Almalaguês e o Senhor Presidente da Junta de St^a Clara que já sabem deste problema a TRANSDEV eliminou uma carreira que parte de Coimbra e passa no percurso Lages/Marco dos Pereiros, eliminou-a. Ao que sei há um acordo que sempre que a TRANSDEV tem a consignação dessa carreira desista de a fazer os SMTUC tem de aparecer. Esta é de hoje ainda é fresca, só que o problema tem de ser resolvido porque contempla bastantes moradores da Freguesia de Castelo Viegas.

Termino com uma saudação para aqueles camaradas, amigos companheiros que para a próxima não voltam, desejar-lhes muitas felicidades e dizer-lhes que gostei de trabalhar convosco e até arranjei grandes amigos.

Para os que vão repetir esta nobre tarefa, como é o meu, caso assim o povo o deseje, que voltem com garra, tragam ideias para Coimbra, não se sintam desgastados, o povo merece o melhor que possamos fazer por ele e Coimbra tem que dar o salto. Coimbra é uma cidade onde dá gosto viver.

Muito obrigado."

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

"Estamos, em princípio na última sessão desta Assembleia Municipal e não posso deixar de felicitar todos vós, independentemente das nossas divergências políticas, mas a vida democrática é mesmo assim e ainda bem.

Naturalmente que não posso deixar de aproveitar esta minha última intervenção, para deixar um ponto de vista, quando nos aproximamos do período em que o povo de Coimbra e das suas 31 freguesias vai ser chamado a decidir do seu futuro colectivo.

E um parenteses ao Dr. Maló de Abreu, que não esperava da forma como disse, porque lhe ficou mal ao falar da divisão das freguesias, mas de facto ela corresponde à realidade que este executivo concretizou. Também fica-lhe mal a referência que fez de "margem seca", lá sabe porque diz isso! Mas são sinais claros ao fazer esta referência de que algo vai mal no vosso reino. Creio que essas referências não lhe ficam nada bem.

Amiúdas vezes, assumimos posições, cada um à sua maneira, mas sempre com o objectivo da defesa de Coimbra. Umas contra o próprio executivo municipal, e neste caso muitas mesmo, e outras contra o poder central.

É assim que eu sei estar na vida política, e no caso concreto porque, como qualquer um de vós, fomos eleitos para defender os interesses de Coimbra e de quem a vive.

Coimbra foi noutros tempos o coração da Região Centro com influência no País e na governação. Actualmente é o contrário disso tudo!

Como exemplo, deixem-me recordar que a semana passada, a dirigente do PSD, referindo-se aos cartazes do PS, em declarações à comunicação social, afirmou taxativamente, que é necessário não avançar, mas sim parar, travar!

As palavras da senhora não poderiam ter mais actualidade em relação a Coimbra.

Porque Coimbra parou e recuou, não avançou!

Parou e recuou em todos os indicadores, que tornam desenvolvida e próspera uma comunidade, uma cidade e um concelho!

Parou e recuou em sectores decisivos para o bem-estar e para a qualidade de vida!

Coimbra parou na cultura, com poucas ou sem realizações importantes.

Aqueles que podem, novos e velhos, correm para outras paragens, para o Porto ou para Lisboa, desfrutarem de eventos que por aqui não passam, não existem ou raramente aparecem!

Coimbra nestes últimos anos ficou a olhar para o umbigo e deixou de aproveitar as suas potencialidades que têm nome:

Universidade, Saúde, Tecido Empresarial.

Coimbra parou e recuou no que se refere ao miolo da Cidade, a parte nobre como se costumava chamar!

Deixaram-na resvalar para uma situação de desleixo, de abulia completa, sem iniciativas capazes. O contrário do que fazem outras cidades, que aproveitam e dinamizam, à volta dos seus monumentos e do seu comércio tradicional, actividades necessárias para o rejuvenescimento do coração da cidade.

Coimbra parou e recuou no seu papel de motor da região e do distrito!

Deixou-se ultrapassar em quase todas as iniciativas importantes. Ao ponto e ainda bem, de alguns concelhos à volta, nesta última meia dúzia de anos, se afirmarem e contrastarem com esta situação de marasmo.

Coimbra tem-se caracterizado por um deixa andar, preocupando-se apenas em alimentar e manter o seu aparelho burocrático refiro-me à Câmara Municipal de Coimbra.

O mais recente exemplo foi a apresentação do documento final designado de Plano Estratégico, que só vem comprovar que Coimbra perdeu oito anos, quanto aos seus objectivos estratégicos.

Quando esta maioria chegou à Câmara Municipal, um dos objectivos centrais já definidos no programa do Plano Estratégico de então desenvolvido, já assumia Coimbra, como a Cidade da Saúde por excelência.

Abandonaram na prática este desígnio colectivo, para agora em fim de mandato, talvez como testamento, virem recuperar o que abandonaram, na prática reconhecendo que erraram, e que afinal o desígnio colectivo, definido pelos anteriores executivos e assumidos pelas mais importantes instituições da cidade, é que era fundamental.

Aqui, e dirigido ao Senhor Presidente da Câmara, fica-lhe bem reconhecer, os erros e torná-los públicos, embora com outro objectivo, um objectivo mais partidarizado, do que no interesse mais geral da nossa comunidade. É tarde!

Quis rasgar, o que o seu antecessor deixou com as linhas estratégicas para Coimbra, para passar oito anos sem assumir os desideratos fundamentais de desenvolvimento de Coimbra e agora em final de mandato apresentar um outro Plano Estratégico, que mais não é a visão que já estava estabelecida e que abandonou.

Este Plano Estratégico, ou melhor esta apresentação apressada por eleitoralismo, é a prova mais evidente, de que Coimbra perdeu oito anos da sua vida colectiva.

À falta de horizontes sente uma certa auto satisfação, uma postura designada por uma coisa que eu de todo nunca percebi, de “Coimbrinha”, contentando-se, de vezes a tempos, com umas evocações e lamentos pretensiosos, que em vez de homenagem e elevação em relação a pessoas e acontecimentos, merecedoras do nosso respeito e admiração, se transformam em ladainhas pouco convincentes e passadistas.

Sim, Coimbra infelizmente parou ou recuou na maioria dos indicadores, mas especializou-se em determinados pequenos eventos.

Observem-se alguns deles, como exemplos.

Peguemos no trânsito.

Em vez de ordenar e disciplinar a circulação e o estacionamento, dedicou-se à bloqueio das rodas dos automobilistas

Alguns deles, visitantes, emigrantes ou estrangeiros, que não reparam na máquina de obtenção do ticket, são premiados com um transtorno de prolongamento forçado, o que deixa excelente impressão.

Mas por outro lado, pululam viaturas estacionadas nas faixas de rodagem de trânsito intenso e nada lhes acontece.

Coimbra especializou-se também numa coisa absurda que teve tempo de alterar, em vez de ajardinamento e de preparos adequados, construiu muros de granito à volta das suas rotundas.

Alguns até já provocaram acidentes graves. Isto é uma aberração da dimensão exacta daquela rocha, do granito que nada tem a ver com Coimbra nem com os areais e aluviões do Mondego. Além disso representa uma gestão condenável com gastos de centenas de milhares de euros, dispêndios desnecessários, situação que por isso bem merece ser investigada pelas autoridades competentes.

Há ainda outras aberrações urbanísticas, como por exemplo:

Alguns equipamentos privados a invadirem espaços públicos de forma escandalosa, à que pensar duas vezes.

Infelizmente para o Senhor Presidente da Câmara, muito do que do que tem visibilidade o que seria de Coimbra se não fosse as iniciativas do Governo e que nos honra a administração central de parceria com os municípios. Todos sabemos o que seria.

O Polis, o Museu Machado de Castro, St^a Clara a Velha, o IC2 e por aí fora, ainda bem para Coimbra!

Já que o Dr. Maló falou na Estação-Velha e com toda a razão, também vai ser este Governo com a visão do TGV, que os Senhores querem parar..., mas nós não! queremos avançar! é o TGV que de facto que vai revolucionar toda aquela zona da Estação-Velha com o desaparecimento total da estação e a construção nova de uma estação condigna para a Cidade de Coimbra.

Em conclusão: sem estratégia nem visão, embrulhadas num provincianismo de outros tempos, a Câmara Municipal precisa de novas lideranças, por pessoas capazes e que não se deixem enredar em processos que infelizmente só envergonham a cidade e todos sabem do que estou a falar, até porque não sou eu que tenho que dar razão ao Dr. Marques Mendes, cujo Vice-Presidente era o Dr. Carlos Encarnação.

Mas é caso para dizer não olhes para o que eu faço, olha para o que eu digo. Fica-lhe mal.

Mas é caso para dizer não olhes para o que eu digo, olha para o que eu faço. Fica-lhe mal.

Essa alternativa que só a democracia pode proporcionar, de gente com visão de futuro, que prova que sabe ambicionar, que sabe planear e que sabe fazer, bem, caro amigo Maló de Abreu.

Cabe por isso a Coimbra, cabe à população do nosso Concelho com a sua capacidade e sensibilidade, provocar a alternância política, levando pessoas, que com a sua seriedade e competências, podem dar garantias de serem capazes de protagonizar um projecto alternativo para Coimbra e o seu concelho, e que será também capaz de afirmar Coimbra no contexto regional e nacional de forma definitiva.

A todos as minhas felicidades.

A alguns dos que aqui estão, voltamos a encontrarmo-nos noutras funções.

Mas agradecer aquilo que aprendi convosco e em relação à minha maneira de ser, sabem como é que ela é. Sou sincero, trabalho com o coração e quando me dá razão para as minhas intervenções.

Felicidades."

Intervenção da deputada municipal Isabel Margarida (CDU):

"Boa tarde a todos nesta sala, a minha intervenção não vai na linha de que tem sido até agora. Para isso o meu camarada de bancada fará isso.

Também dizer que estou um pouco surpresa porque para mim esta Assembleia seria uma Assembleia como qualquer outra para tratar de assuntos de agenda e não agenda, mas não estava à espera de tanta propaganda e tanta campanha eleitoral aqui dentro, de qualquer das forma e em jeito de balanço teria alguma lógica e mais do que isso parece-me um bocado exagerado.

Trago aqui quatro questões:

1-RAMAL DA LOUSÃ.

A Metro Mondego anunciou o encerramento do ramal ferroviário Lousã/Coimbra já para o próximo mês de Outubro, por um período de 2 anos, tempo previsto de execução de empreitada.

Sendo desde logo controversa e discutível a opção pelo encerramento total do Ramal da Lousã, tendo em conta que outras opções poderiam ter sido consideradas até por ser uma obra a longo prazo, a CDU pretende aqui deixar

bem clara a preocupação de como estão a ser programadas as alternativas de substituição do transporte entre Serpins e Coimbra.

Considerando que:

- Ramal da Lousã tem uma utilização anual superior a 1 milhão de utentes;
- Diariamente entre as 7h e as 9h da manhã (período de maior utilização que se repete no final do dia) são transportados cerca de 3 mil utentes em composições de 4 a 5 carruagens;
- Tal número fará corresponder 6 a 7 autocarros que decerto congestionarão a já complicada entrada em Coimbra pela estrada da Beira.

Importa saber se:

- os locais de partida e chegada nas diversas localidades têm capacidade e condições para o número de utentes que diariamente usufruem do transporte ferroviário?
 - Em Coimbra qual vai ser a localização de chegada ou partida – O Parque ou Coimbra-A?
 - Está prevista alguma parceria com a divisão de trânsito de modo a controlar a entrada em Coimbra para que se minimizem congestionamentos de trânsito e consequentes atrasos que terão implicações directas na actividade dos que chegam a Coimbra para se dirigirem aos seus locais de estudo ou de trabalho.
- Senhor Presidente da Câmara, não sendo esta uma questão exclusiva do município de Coimbra, a CDU considera pertinente esclarecer as questões que aqui apresentamos.

2-JARDIM DE INFANCIA Nº1/SOLUM

Não é a primeira vez que a CDU traz a esta Assembleia a questão do jardim-de-infância nº 1 da Solum.

Hoje pretendemos deixar aqui a nossa opinião sobre duas questões relativas a este jardim-de-infância e solicitar ao senhor Presidente da Câmara que esclareça uma dúvida.

Era já conhecida a intenção da autarquia de Coimbra encerrar este jardim-de-infância e transferir o mesmo para o espaço onde será construído o Centro Escolar da Solum.

Quanto a esta situação a CDU reforça a sua posição já aqui expressa – a encerrar este edifício, no novo espaço duas salas são insuficientes para dar resposta à população escolar dos 3 aos 6 anos da área em questão., tendo em conta o número significativo em lista de espera que anualmente se verifica.

Tal significa que pelo menos três salas deveriam ser construídas ou, em alternativa, manter o jardim-de-infância nº1 e construir 2 novas salas no Centro escolar.

Neste contexto a CDU apela a que, estando já decidido o encerramento do referido jardim-de-infância, a autarquia se esforce por construir salas suficientes para responder ao número de crianças numa zona em fraco crescimento populacional.

A Câmara Municipal de Coimbra, sob o lema de colmatar a carência do número de creches, decidiu ceder o edifício do jardim-de-infância da Solum a uma instituição, no caso, a Fundação Bissaya Barreto. Senhor Presidente a CDU pretende que esclareça os seguintes aspectos:

- porquê um cedência directa e não um concurso público?
- porque não veio esta cedência, tal como acontece com outras cedências, ainda hoje temos algumas a analisar, à Assembleia Municipal?

Senhor Presidente da Câmara por muito que pareça de louvar o seu contributo e desta autarquia pelo reforço do número de creches no concelho, e sabendo que o subsistema de creches não é público, logo tem de depender do Privado ou da Segurança Social, esta “boa vontade” é contudo prejudicial para as contas da autarquia, senão vejamos:

-A Câmara de Coimbra deu de mão beijada um edifício que teve custos de construção para a autarquia;

-A autarquia não está a vender. Está a ceder a uma instituição (e aqui não interessa qual) que via Programa PARES, se poderia candidatar a verbas para a construção e equipamento de uma creche;

-Esta instituição (e repito esta como poderia ser outra) vai apenas ter de adaptar o espaço ao funcionamento de uma creche, pode recorrer ao referido Programa Pares para fazer, e depois abre portas, Coimbra passa a ter efectivamente mais uma creche, mas o único beneficiado é a instituição que conseguiu, sem custos, uma nova fonte de receita.

3-ABERTURA DO ANO LECTIVO

Senhor Presidente da Câmara tendo em conta que na anterior Assembleia apresentou um conjunto de Obras de Intervenção/Requalificação, algumas a iniciar em Julho, gostaríamos de saber qual o ponto de situação das mesmas e, caso não estejam concluídas, se a autarquia acautelou um plano alternativo. Refiro-me às situações específicas da EB1 de Coselhas, Montes Claros e Vale das Flores que conforme o plano apresentado seriam as que de imediato iriam ter uma intervenção de maior envergadura que poderia por em causa o início do ano lectivo.

Última questão.

Lamentar o encerramento da Poceram e da Marcopolo (uma já decidida outra em perspectiva). São mais 2 empresas com que a Câmara deixa de contar. É mais desemprego para o Concelho.

É aumentar o enfraquecido tecido empresarial de Coimbra.

E já que nesta Assembleias se está a fazer balanços e pré-campanha, lembrar que estes são apenas 2 exemplos dos muitos encerramentos que o concelho assistiu sem que tivesse havido por parte da Autarquia ou do Governo Civil uma intervenção directa no sentido se competir estes, e outros encerramentos.

No plano nacional, a nível da Assembleia da República os deputados eleitos por Coimbra do PS e do PSD, nada fizeram ao longo destes 4 anos e ½ na defesa dos interesses do Distrito, que no que respeita ao encerramento das empresas, ou até à deslocação ligação de serviços. Curiosamente para deputados do PCP e dos Verdes que por diversas vezes levaram à Assembleia da República questões do concelho (Choupal, financiamento do SMTUC, só para serem alguns exemplos). Que isso sirva também para os cidadãos de Coimbra nas próximas eleições, legislativas o valor naqueles que efectivamente levaram à Assembleia da República as questões da Câmara e do Distrito.

Presidente da Junta de Freguesia de Bartolomeu:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara, Senhores vereadores.

Caros colegas e comunicação social.

Venho aqui efectivamente como também tem sido referido pelos meus antecessores, fazer não uma despedida, espero que não o seja. Estou ciente que durante mais quatro anos aqui voltarei a discutir as questões de Coimbra nomeadamente da freguesia de S. Bartolomeu.

Com muito gosto, quero dizer de viva voz que o Dr. Maló de Abreu prestou aqui um grande exercício ao município de Coimbra e também à campanha eleitoral para o dia 11 de Outubro.

Por isso, com aquela chama que ele tem, que eu aprecio fez aqui de facto um bom trabalho eleitoral.

Em relação aos Senhores vereadores, Mário Nunes, Marcelo Nuno e João Rebelo a tempo inteiro, porque outros foram vereadores não ocuparam tempos inteiros e também nomeadamente ao Dr. Gouveia Monteiro, uns por umas razões, outros por outras.

Dizer ao Dr. Mário Nunes, Dr. Marcelo Nuno e Eng.º João Rebelo quero-lhes dizer que aquilo que vos fui dizendo no mandato que agora termina era de facto algumas intervenções de preocupação de tentar resolver muitas das questões da freguesia de S. Bartolomeu e também de não dizer-lo de Coimbra.

Sendo certo que de todos vós, mais tarde ou mais cedo eu recebi o carinho, (não estou a dizer isto com demagogia, estou a dizer o que me vai na alma) o carinho de qualquer dos três. Algumas irritações pelo meio, mas dizer-lhes que de facto V. Ex.ªs fazem falta ao município de Coimbra.

Dizer também na parte da Educação, ao senhor Dr. Oliveira Alves, e Dr. João Gaspar, foram pessoas com que eu lidei muito de perto e dizer-vos quanto me sinto satisfeito com a relação que entre nós se cultivou, não só na área autárquica como na área associativa.

Dizer também à Arménia e à Amélia que foram duas funcionárias nesta Assembleia que dignificaram este órgão com o seu trabalho.

Agora à Sra. Deputada Maria Reina, quero aqui despedir-me que sei que V. Exa. não voltará a Coimbra tão depressa, mas é com muito orgulho e satisfação que vim a saber que V. Exa., não serviu para servir Coimbra, mas irá servir como candidata do seu partido ao círculo da Europa. Muito valor lhe acharam, mas em Coimbra não lhe acharam nenhum, mas eu amigo que sou, fica bem desejar-lhe êxito e que seja eleita.

Quanto ao Senhor Presidente da minha freguesia, porque sou natural de Castelo Viegas, quero-lhe dizer que Castelo Viegas é conhecido mundialmente pela terra da couve.

Porque em Coimbra tirando a Arrufada, as couves de Castelo Viegas e a procissão da Rainha Santa de facto mais nada se encontra.

Sinto muito honrado ser natural de Castelo Viegas e que de facto Castelo Viegas ganha pela sua couve pela sua referência e dizer também que na minha terra já há saneamento. Não está pronto, mas é um trabalho a louvar das “Águas do Mondego”. Com a criação da ETAR da Couraria.

Para terminar dirigir-me ao Senhor Presidente da Câmara.

Dizer-lhe também que neste mandato tivemos aqui algumas discussões acesas mas obviamente de contradição. Mas é assim que se faz a política.

Também termino com um agradecimento porque finalmente vai acabar o seu mandato com a promessa de dever cumprido para S. Bartolomeu no que diz respeito a duas obras de extrema importância.

A primeira com uma notícia na comunicação social, espero que o concurso não esbarre noutra parecer jurídico no que diz respeito ao VídeoVigilância, espero que até 11 de Outubro que a Videovigilância já esteja pendurada nos postos e nas paredes.

E em relação a uma obra estruturante que muito me amargou e estou certo que também amargou V. Ex.^a. diz respeito, foi-me comunicado por ofício e acredito naquilo que as pessoas escrevem, um ofício onde diz que a obra da Rua Corpo de Deus iria a concurso até 15 de Setembro.

Quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e dizer-lhe se por ventura alguma vez tive alguma intervenção menos deselegante não a interprete assim, é a força do querer e do vencer.

Agradecer ao Dr. Maló de Abreu quando se referiu aos seus Presidentes de Junta porque de facto Senhor Dr. Maló de Abreu nós a nível nacional somos o parente pobre do poder autárquico. Mas somos os primeiros a dar a cara, para o bem e para o mal, e às vezes levamos pancada quando não temos culpa nenhuma, mas somos sempre desculpem a expressão (os cepos do resto que vossas Exas. já saberão).

Intervenção do deputado municipal Reis Marques (PS):

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra.

Senhor Presidente da Câmara, Senhor vereador.

Caros colegas deputados municipais

Em primeiro lugar, quero agradecer as palavras em nome pessoal, palavras amistosas e carinhosas como o Dr. Maló de Abreu se dirigiu a minha pessoa e quero-lhe manifestar o meu apreço tem o mesmo tamanho ou maior que o seu.

Está a chegar ao fim mais um círculo de gestão autárquica que infelizmente nada de novo ou importante trouxe para Coimbra.

Como diz o Dr. Maló de Abreu e posso a creditar que a maioria sonhou muito. Mas como todos sabem quando se sonha muito acorda-se normalmente cansado de manhã. Foi o que aconteceu com a maioria, cansou logo pela madrugada, ficou sem ambição, ficou sem capacidade de fazer.

Tudo o que podemos relacionar com desenvolvimento nestes últimos anos, raramente o podemos associar e este Executivo Camarário, foi o Polis, a recuperação de St^a Clara-a-Velha, o Convento de S. Francisco, as acessibilidades, o Metro Mondego que lá conseguiu romper a resistência do Senhor Presidente e lá vai avançar, é o Hospital Pediátrico, tudo iniciativa do actual Governo, diria mesmo tudo rosas do manto Socialista se vão espalhando por esta Cidade.

Como disse há uns anos atrás numa comemoração do dia da cidade, foi concerteza por boas razões que a Rainha Santa disse ter no seu regaço, quando interpelada pelo Rei seu esposo, sobre o que escondia no seu manto para servir pelos necessitados (são Rosas disse ela) é o destino de Coimbra só anda para a frente para o desenvolvimento para a modernidade quando o poder rosa chega à Praça 8 de Maio.

A verdade a tal verdade, é que este círculo autárquico foi na opinião do PS desastroso para a Cidade, foi um tempo perdido, nada foi feito que sirva de referência a este mandato.

Também estranho que o Dr. Maló perfilando-se pelas palavras de uma St^a Senhora que se diz asfixiada e que diz que todo o mal é do PS, atribua ao Poder Central as incapacidades deste Executivo.

No entanto, seria injusto se esquecesse a menina dos olhos do Dr. Encarnação.

Um projecto iniciado com o Dr. Manuel Machado, mais uma vez, continuou com o Eng.^o Pina Prata, e terminou nesta gestão é verdade. Estou a falar do "i Parque". Obra que se vê no esplendor das suas ruas desertas, onde em sua substituição do barulho da gente e das empresas temos o prazer de ouvir o chilrear dos pássaros.

Mas, estamos convictos mais uma vez, que vai ser o PS a dar vida a este equipamento, a ultrapassar os bloqueios, incapacidades, em atrair empresas que este executivo mostrou.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros deputados:

É com alguma emoção que tomo, pela última vez, a palavra nesta Assembleia. Por decisão pessoal entendi que o PS deveria renovar-se e dar a oportunidade a outros protagonistas, com mais mérito maior capacidade, maior energia. Passei estes quatro anos com bastante agrado à frente da bancada do PS e sinto-me orgulhoso por isso.

Tentei com os meus camaradas dar um tom firme, às nossas opções, salvaguardando sempre os valores próprios do nosso partido, mas mantendo também sempre uma janela aberta ao diálogo na procura de melhores soluções. Tentamos ter uma atitude construtiva naquilo que era no nosso entender os interesses da nossa cidade, baixando bandeira de clubismo partidário que muitas as vezes inviabiliza ideias e projectos que são necessários convictos, que a nossa comunidade é mais importante que os interesses de grupo.

Pensamos que tivemos uma atitude onde couberam a cordialidade, a educação o diálogo, o respeito pela dignidade desta casa, de todos aqueles que aqui trabalham, de todos os colegas deputados, afastando-nos do sectarismo da maledicência ou da agressão mesmo que verbal.

Sei que na próxima Assembleia Municipal vão encontrar um PS mais rejuvenescido batendo-se contra as injustiças as desigualdades pelo desenvolvimento económico-social e educacional do nosso país da nossa cidade, como são sempre os valores do ideado Socialista.

Não posso deixar de recordar, homenagear aqui um camarada Britos Xavier. Companheiro de muitas lutas, que nos deixou sem aviso, uma lágrima pela sua memória.

Estou convicto que lembrarei sempre esta experiência, com agrado e saiu mais rico de ensinamentos e de amizades que fui criando ao longo deste tempo.

Vai-me custar sair pela aquela porta e dizer-vos adeus a todos sem excepção.

E principalmente as outras bancadas aos seus líderes já que os membros da minha me vão ter que aturar noutras funções e noutros espaços, um abraço amigo e desejo muitas felicidades pessoais.

“Politicamente a vossa derrota será a minha alegria”.

Mas não confundo o nível pessoal com o político, de cada um de voz, vou guardar um amigo e francamente só com a esperança que não tenham que recorrer aos meus humildes préstimos."

Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (BE):

"Boa tarde a todos os presentes.

Devo dizer que o Bloco de Esquerda certamente por ser novato nestas andanças não trouxe nenhum discurso de circunstância nem o iremos fazer. Até penso que é inútil este discurso de campanha em que estamos a falar para pessoas que já sabem muito bem em quem vão votar. Portanto não estou aqui por ser convencida por ninguém.

O que acho é que esta Assembleia durante os quatro anos que aqui estive, merecia apreender a ser digna de si mesmo, e do dever que a trás aqui.

Penso que esta reunião não é apenas uma reunião para palavras de circunstâncias, é uma reunião para continuarmos a trazer aqui o que são os problemas da população e os problemas sérios e graves, para os tratarmos de uma forma responsável.

É por isso que eu hoje não posso deixar passar aqui, algo que está a ser preparado pela Câmara que espero como é óbvio deixe de ter o Presidente que tem e a equipa que tem a sua frente, que é a privatização das águas do município.

Foi aprovada na última reunião de Julho da Câmara Municipal a minuta de um protocolo que estabelece as bases para uma futura eventual sei que não está negociada e sei que não está aprovada. Uma eventual parceria de um conjunto de municípios que são 14 com a empresa “Águas de Portugal”.

Estabelece esta minuta deste protocolo que haverá de ser negociado, que serão alienados, todos os sistemas relativos à prestação de serviços de água desde a captação e tratamento de água destes 14 municípios envolvidos entre os quais Coimbra serão alienados a empresa “Águas de Portugal SA” em regime de exclusividade.

Estes municípios desresponsabilizam-se portanto da gestão destes serviços, ao mesmo tempo alienam também todos os equipamentos, todas as infra-estruturas e recursos humanos. Em favor do estado central, leia-se “Águas de Portugal”.

O que é que está a acontecer aqui, está a acontecer a formação de um monopólio que abrange estes 14 municípios do distrito de Coimbra e de Leiria. Uma espécie de fatia de um grande bolo que está a ser preparado de Norte a Sul do País, para ser entregue às “Águas de Portugal” que como se sabe é uma empresa que já foi anunciado pelo Senhor Ministro do Ambiente vai ser privatizada.

Ora nós Coimbra, não queremos fazer parte deste bolo. Recusamos por exemplo como prevê o protocolo se está lá escrito que “Águas de Portugal” possam ceder estas competências de gestão a uma terceira pessoa.

Está aqui a privatização consagrada no documento, recusamos o que é muitíssimo grave, que este protocolo começado com um princípio de repercussão de todos os custos nas tarifas finais a cobrar ao consumidor final. Isto é um escândalo, senhores e senhoras deputados e não é por a Câmara estar a sair como eu espero que temos que deixar passar isto em branco até porque quem aprovou esta minuta de protocolo, não foi somente o PSD, foi também um vereador do PS e foi também o vereador que se diz independente o vereador Pina Prata.

Esta negociação não pode passar desta minuta tem de parar aqui.

Isto significa, significa para o consumidor enormes aumento de preço, quando um bem público e essencial a água é aquilo sem o qual não podemos viver. Quando este bem público essencial que é e que deve ser reconhecido como um direito das populações for alienado a privados.

Nós não podemos aceitar o aumento previsível enorme de preços que deve cobrir os custos de investimento que há-de ser cobrado aos contribuintes.

Não podemos aceitar a previsível perda de qualidade da água que acontecerá quando o imperativo das empresas privadas que vão gerir as nossas águas for o lucro e portanto não haverá manutenção devida, investimento devido nas infra-estruturas, aquelas que foram pagas certo com fundos europeus, mas também com o dinheiro de quem aqui trabalhou e de quem aqui pagou impostos e que agora vai ver o seu património para o qual investiu alienado em empresas privadas.

Isto é, o que o consumidor paga antes, paga nas ETAR que o Senhor Presidente da Câmara e muito bem, tem andado a inaugurar por todo o município e depois paga quando tiver que pagar os preços exorbitantes que vão cobrar pela água.

O Bloco de Esquerda não aceita isto.

Gostaria, em vez de se estar a fazer discursos de circunstâncias, dizendo o seu programa é este o seu é aquele, que as forças políticas aqui em presença e que os candidatos que os representam na corrida eleitoral para a Câmara de Coimbra, dissessem claramente ao que vem. È que não vi no programa de nenhum deles (e perdoem-me se tiver treslido) um comentário a esta minuta a este protocolo, então vão privatizar as “Águas de Coimbra”. O Bloco de Esquerda diz claramente que não!

O que é que diz o PS, o que é que diz o PSD, o que é que diz a CDU e o que é que diz o candidato independente Pina Prata?

O Bloco de Esquerda quer saber, estaremos aqui no próximo mandato, estarei eu na Câmara como certamente outras pessoas, estarão aqui outros deputados nesta Assembleia Municipal, que será mais diferente aquando o Bloco de Esquerda aqui entrou e estaremos aqui para dizer não à privatização às “Águas de Coimbra”.

Intervenção do deputado municipal Vassalo Abreu (PS):

"Boa tarde a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa.

Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores

Caros colegas da Assembleia Municipal e comunicação social.

Esta a última vez que intervenho previsivelmente nesta Assembleia Municipal.

Queria dizer algumas considerações, mas antes disso, queria relembrar cinco amigos falecidos nos últimos tempos e que à sua maneira cada um a seu modo sei que gostavam de Coimbra, intervinham civicamente em Coimbra.

Como tenho a ideia, como sempre tive, por onde passei frisei este aspecto, que a política, que as instituições são em princípio aquilo, que, os homens que as fazem são, não posso deixar de relembrar aqui alguns amigos uns mais conhecidos, outros menos conhecidos de diversos quadrantes políticos.

Começo pelo Dr. Manuel Reis, foi sempre apoiante da CDU e fui sempre amigo dele, passando férias com ele e sempre convivemos harmoniosamente.

Relembro a seguir e a ordem dos factores aqui não significa menos apreço por cada um deles. O meu caro amigo Daniel Andrade.

A seguir o Dr. Vasco Gervásio.

A seguir, alguém que foi Presidente da Câmara aqui perto de Miranda do Corvo o Dr. José Lopes, militante do PSD com quem tive e enorme honra e orgulho de trabalhar durante 6 anos. E que nos últimos anos sem que ninguém soubesse em Coimbra, porque Coimbra valoriza pouco as pessoas que tem nome. Eu

acompanhei a colaboração internacional que fez em África, em vários países africanos em colaboração com a Organização Mundial de Saúde com o Banco Mundial e com a União Europeia e sei que ele fez subir bem alto o nome de Coimbra porque era sem que ninguém aqui soubesse era o nosso melhor técnico a nível de colaboração Internacional com África.

Desde o Sudão, desde o Quénia, desde todos os Palopes.

Por fim, e não por último, só para vossa lembrança o Dr. Brito Xavier.

Temo, não ter relembrado todos os amigos que de uma forma ou outra intervirão, repito à sua maneira civicamente em Coimbra, mas estes foram aqueles que eu mais convivi e gostaria de deixar aqui uma palavra de saudosa lembrança.

Dito isto, eu queria também de alguma forma secundando as palavras que o meu camarada Reis Marques aqui expôs, dizer o seguinte:

Sempre me norteiei na minha presença nesta Assembleia por dois princípios, que são os princípios que nortearam sempre a minha vida.

Firmeza nas convicções, na defesa dos valores em que acredito e depois tolerância, humildade democrática com os meus adversários políticos. Só tenho adversários políticos e sei distinguir muito bem e sempre o soube, os meus amigos e os meus adversários políticos.

Um outro aspecto que queria aqui relembrar é o seguinte:

E só o faço porque o Dr. Maló de Abreu por quem eu tenho enorme apreço e consideração deu mote para o efeito.

De facto o presente é o passado e é o futuro, não sou eu que o digo foi “Fernando Pessoa” o presente é o passado e é o futuro.

O Dr. Maló de Abreu de algum modo com um entono de um célebre discurso de marketing, disse que tinha um sonho e que o sonho está a realizar-se através desta maioria política.

Eu também tenho um sonho para Coimbra, mas confesso e estou apenas no plano político que não me revejo nesta maioria política, com toda a consideração pessoal que tenho pelos seus intervenientes.

Tenho mais ambição para Coimbra, penso que Coimbra tem definitivamente que inverter o ciclo declínio em que caiu e muito sinceramente a pior coisa que Coimbra pode fazer, é encontrar como álibi que este governo não gosta de nós. E o deputado Maló de Abreu para minha surpresa até particularizou este Primeiro-Ministro que temos não gosta de nós. Eu de facto em relação e penso que isto é a pior coisa que pode ser dita para demonstrar aquilo que no meu ponto de vista é um balanço negativo desta gestão autárquica.

E para minha surpresa e faço esse repto á maioria e ao Dr. Maló de Abreu, fale com os Presidentes de Câmaras do seu partido político aqui à volta, não vou mencionar nenhum, mas nenhum se queixa do Governo, nenhum faz do ataque político ao Governo pretexto para encobrir as suas incapacidades.

E repito, fale com os Presidentes de Câmara aqui ao lado para ver se eles fazem disto um cavalo de batalha.

Penso que nós, a actual maioria foi eleita pelos cidadãos não para fazer combate político a este ou a outro governo.

Foi eleita para defender os interesses dos cidadãos de Coimbra, reivindica-los sim, junto do governo qualquer que seja esse governo. Agora não me parece que um Presidente de Câmara tenha como função transformar Coimbra na aldeia dos irreductíveis gauleses contra o Primeiro-Ministro contrário à sua cor política.

Isso não é boa política para os cidadãos, não foi em nome disso que os cidadãos elegeram esta actual maioria, os cidadãos elegeram para se defender os interesses de Coimbra, reivindicar, junto do Governo sim, mas dialogar com o Governo.

E não fazer disto uma plataforma, um blogue de combate político e só político ao Governo, simplesmente por não ser da cor política.

Queria de facto, já que se fala tanto em política de verdade, e como alguém disse a verdade em sempre ao de cima.

Já foi aqui enumerado um conjunto de investimentos que só foram possíveis por este governo, o Governo do Partido Socialista gostar Coimbra e a verdade, os factos são indesmentíveis. Costuma-se dizer e é verdade que contra factos não há argumentos. O Polis, St^a Clara-a-Velha, Convento de S. Francisco, Acessibilidades, Metro Mondego e Hospital Pediátrico que já aqui foram falados, mas vou relembrar mais.

O Investimento de financiamento da Biblioteca da Faculdade de Direito de Coimbra, do Tribunal Universitário da Universidade, do Pólo II.

Desafio o Dr. Maló de Abreu a apontar e vou ser frontal nisto, apontar um investimento a nível europeu em equipamentos de saúde maior que está a ser feito neste momento no Pólo II da Universidade de Coimbra, desafio já não digo do país digo a nível europeu, qual é o país que simultaneamente está a ser feito um volume de investimentos, um volume de equipamento a nível de saúde maior que neste momento está a ser feito em Coimbra.

Nós podemos ter muita incapacidade, agora, não podemos ter é pretexto de combate político puro e duro que é legítimo noutras circunstâncias encobrimos a nossa incapacidade de ambicionar de planearmos de fazermos com o governo.

Repito o que disse há momentos e só dei sendo a minha última intervenção nesta Assembleia só dei esta última conotação porque de facto, fui, passe a expressão provocado nesse sentido pelo Dr. Maló de Abreu.

Gostaria de terminar como tinha planeado.

Cumprimentar pessoalmente os representantes de cada uma das bancadas, na impossibilidade de fazer isso em relação a todos os membros da Assembleia.

Ao Dr. Serafim Duarte do Bloco de Esquerda, ao Dr. Pinto Ângelo da CDU, ao meu camarada e amigo escuso de o cumprimentar, mas faço-o também como representante da maioria do Partido Socialista, o Dr. Maló de Abreu enquanto representante da Coligação por Coimbra e a deputada Maria Reina.

Queria também, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara que não está aqui presente e que compreendesse isto, que eu acabei de dizer como uma resposta política ou uma acusação ou uma interpelação política que aqui foi. Respeito pessoal e constitucionalmente o Senhor Presidente da Câmara sempre o fiz e sempre o farei.

E deixo para último lugar e compreenderam o porquê a pessoa do Dr. Manuel Porto, por uma razão, foi meu professor, um excelente professor, sempre me respeitou enquanto aluno, sempre me respeitou depois como assistente da Faculdade de Direito, e fora então da vida universitária, fora da vida política foi sempre para comigo uma pessoa de uma cordialidade de uma amizade que me apraz aqui registar. Não costumo muito florear as questões mas nesta vez senti-me na obrigação moral de o fazer com muito gosto, que me encontre sempre consigo, seja a nível institucional ou seja a nível pessoal quero deixar aqui esse registo porque essa também foi uma das lições que aprendi na escola em que me formei.

A todos muito obrigado."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (BE):

"Muito boa tarde a todos e a todas, lamento se vou tomar um tom salamaleque de circunstância e também não vou fazer poesia, porque a visão que tenho do trabalho desta maioria que nos governou e da maioria da oposição que o devia ter sido e não o foi, está longe de ser poética.

A postura que aqui assumo é a mesma do princípio até ao fim, de trazer à vossa reflexão, à discussão e ao conhecimento da cidade e dos munícipes as questões que são graves, para decisões e propostas que são graves para o interesse público da cidade.

E neste caso concreto o que aqui me trás, é justamente o caso da cedência em contrato de comodato do Jardim-de-infância da Solum à Fundação Bissaya Barreto.

E trago aqui por três ordem da razão, todas elas profundamente negativas.

Primeiro, porque é uma decisão política educativa e social profundamente errada.

Segundo, porque é uma decisão com base em argumentos mais que falaciosos que faltam à verdade.

Terceiro, porque se trata de um descarado favorecimento de interesses privados em detrimento do interesse público.

Argumenta o Senhor Presidente Dr. Carlos Encarnação, com a construção do novo Centro Educativo da Solum, que vai e bem, incluir a valência do jardim-de-infância haverá excesso, pasme-se, excesso de oferta do pré-escolar e este excesso decorre de uma leitura que de facto não tem contraposição, não é verificável no terreno e há uma cobertura de 100% do pré-escolar.

Desde logo esta afirmação carece de demonstração, e está de longe de ser verdadeira, só para elucidar alguns que andem mais distraídos, só em lista de espera de jardim-de-infância, tem pelo menos 113 crianças. Por exemplo em Montes Claros 30, só na zona das Flores 35, o que desde logo exigia uma outra política educativa, era a construção pelo menos mais cinco salas de jardim-de-infância.

Ora o que esta Câmara faz é justamente o contrário, encerra a oferta para manter o mesmo nível de oferta, fecha duas salas no jardim-de-infância da Solum para abrir duas salas no novo centro educativo da Solum, a soma é igual a zero.

Portanto, não há resposta neste sentido. Isto sem contar com a obrigatoriedade de frequência a partir dos 5 anos do pré-escolar, que vai obviamente aumentar ainda mais, a procura e a necessidade de resposta e equipamentos educativos nesta área.

Segundo aspecto que quero sublinhar, uma inverdade muitas vezes repetida, passa a assumir fóruns de verdade, e essa inverdade que é aliás argumentada pelo Senhor Presidente para ceder à Bissaya Barreto é argumentar que as Câmaras Municipais não podem gerir creches. Bom, aqui das duas, uma. Já ouvi aqui hoje repetidamente outra vez, que de facto as creches não podem ser públicas. Mas onde é que isso está escrito, qual é a lei, a lei que eu saiba é a lei das competências que é a lei 159/99 no seu artº 23º diz, (diz que os órgãos municipais podem assegurar a gestão de equipamentos, realizar investimentos na construção ou no apoio à construção de creches e jardins-de-infância). Ou seja, gestão e construção, obviamente nem outra coisa poderia ser, porque o que

se trata aqui, outra coisa, é o facto de não ser do sistema educativo, não pertencer ao sistema educativo, ora não é isso que está em causa, o que está em causa é que a Câmara Municipal de Coimbra deveria inaugurar, e nós Bloco de Esquerda empenharmos-mos nesse sentido na próximo mandato quer na Câmara quer na Assembleia para que de facto inverta as políticas de investimento no botão e inicie uma nova geração política de investimento no social, isso passa justamente por criar nomeadamente como uma das principais prioridades é um apoio justamente às famílias e á primeira infância e a primeira infância vai dos 0 ao 3 anos é a necessidade de construção de creches, cujo a taxa de cobertura em Coimbra não chega à volta dos 30% com a oferta essencialmente de instituições de rede social e de solidariedade e sobretudo de instituições privadas, quero dizer que não são instituições são empresas privadas com fins lucrativos. Que como sabem leva cor e cabelo às famílias. Fica hoje mais caro ter um filho num jardim-de-infância de que ter um filho na Universidade. Isto fica na ordem dos 250€ a 300€ por mês.

E por isso nós dizemos que a política educativa e social da Câmara tem que começar a avançar com a criação de creches públicas municipais. Porque não?

A lista de espera só das 31 freguesias de Coimbra, 13 e todas elas rurais não tem a oferta de valência de creche, digamos que é uma urgência que urge talhar é tão importante como a questão do saneamento e de outras mais, é uma questão certamente estruturante e vital para as famílias e para o bom funcionamento das famílias e de apoio às próprias crianças.

Como colunário desta questão, quando anunciei no início que a terceira razão que eu dei para trazer aqui foi o favorecimento de interesses privados e detrimento de interesses públicos. De facto como colunário temos uma decisão de entrega do jardim-de-infância da Solum à Fundação Bissaya Barreto. Que no mínimo representa um descarado favorecimento de negócio privado com fins lucrativos, de tudo o que disse anteriormente o que se impunha era de facto a criação de uma creche pública. Já demonstrei que não só o encerramento do jardim-de-infância da Solum não acrescenta oferta no pré-escolar como diminui, como não cria oferta na creche pública como deveria ser, se o Senhor Presidente quer e muito bem, tem de se passar dos princípios aos actos, quer criar a oferta de creche e aumentar a cobertura da creche, então crie justamente creches pública. Não tem que ser dada a uma instituição privada com fins lucrativo então faça lá uma creche pública.

Quando em Dezembro de 2008, trouxemos aqui o problema do encerramento, do Jardim-de-infância da Solum, justamente questionamos quando fosse encerrado o que é que ia fazer, na altura enganamo-nos, nessa altura vaticinamos que essa entrega deveria ser feita ao João de Deus, enganamo-nos penas no favor clientelar, a clientela foi outra.

O apelo é este, espero Senhor Presidente e Senhores deputados, com o Bloco de Esquerda o que podem contar para a próximo mandato é justamente o mesmo empenhamento que tivemos desde o início até ao fim e que continuamos a ter que outros nos acompanhem de outras bancadas na luta, não queremos que tenhamos um monopólio nem o pretendermos ter de procurar tudo aquilo que seja no sentido de melhorar as condições de vida nesta cidade, isso passa justamente por um investimento também, na rede de apoio à primeira infância de criação de creches públicas.

Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês:

"Boa tarde a todos.

Queria tomar aqui duas notas finais e queria começar por agradecer, os comentários que fez o Dr. Maló de Abreu, em relação aos autarcas de freguesia. Efectivamente o balanço destes 4 anos, apenas o Dr. Maló reconheceu aquilo que são as dificuldades, aquilo que é o empenho dos autarcas de freguesia.

De facto como constatei aqui as restantes intervenções esqueceram-se de nós provavelmente por desconhecimento.

...Queria realçar porque nós todos os autarcas sentimos na pele, que era importante que todos os partidos políticos tivessem um empenho grande de apoio aos Presidentes de Junta, ao seu trabalho à sua função em termos legislativo em termo de Assembleia da Republica com posições mais de maior dignificação daquilo que é o nosso trabalho de criar mais condições para o exercício do nosso trabalho nas freguesias.

Também um apelo à Câmara Municipal que na nossa perspectiva, teve todo o diálogo, teve toda uma intervenção de apoio ao trabalho desenvolvido pelos autarcas. Essa é a primeira nota que acho muito importante que saísse no final destes 4 anos para nós aqui, mas que em relação aos partidos na Assembleia da República pudessem dar um apoio a isso.

Queria também fazer um agradecimento público, de reconhecimento pelo exercício do poder em relação às autarquias pela Câmara Municipal de Coimbra.

Há pouco falava-se nas questões eleitoralistas, não é nada disso apenas eu queria hoje, dizer o seguinte:

É que, enquanto outros ignoraram as freguesias, como foi constatado aqui, falamos de Coimbra, daquilo que se faz em Coimbra, do Polis de enumeras coisas, ninguém falou das freguesias. As freguesias periféricas que estavam abandonadas ao longo dos tempos e que houve a coragem de olhar para nós, de olhar para populações desfavorecidas, abandonadas e isoladas. E este á a altura de dizer aqui, obrigado por ter olhado para aquele que os políticos aqui que não saem de Coimbra não vê, aqueles que aqui falam, e muito bem, exercem a sua função, esquecem-se das freguesias, esquecem-se da vida das freguesias, desde o Bloco de Esquerda, até à maioria, muitas vezes, esquecem-se das freguesias e é essa parte que é extremamente importante porque nós os ignorados tivemos alguém que neste 8 anos olhou para nós.

Em jeito de balanço apenas, vos queria dizer que Almalaguês, que de facto estava

Quase abandonada, hoje nos reconhecemos que nos tornamos mais cidadãos de Coimbra.

Hoje passamos de 20% de cobertura de saneamento básico, para os 90% que apontamos para os próximos 2 anos.

Melhoramos as acessibilidades e transportes públicos à freguesia mais periférica ao centro de Coimbra.

Melhoramos as infra-estruturas desportivas, e em acesso a cuidados de saúde e áreas de saúde.

Isto é de facto olhar para Coimbra, é que, Coimbra não se fecha estritamente no meio urbano, para aquele que todos os dias passam, Coimbra existe para além do Rio, existe para além das freguesias urbanas.

E na nossa perspectiva de freguesia urbana que finalmente tivemos alguém e o nosso agradecimento por isso.

Depois queria subscrever totalmente as palavras do Dr. Maló de Abreu, também em relação aos vereadores da Câmara Municipal de Coimbra e ao esforço que desenvolveram com o executivo em relação às actividades que desenvolveram. Penso que também é importante realçar isso.

Queria mais dois apontamentos.

A deputada Maria Reina, afirmava que o Dr. Encarnação era um homem só, e só se compreende que tenha essa visão, porque vive praticamente 100% no Alentejo, quem vive aqui não vê isso.

Depois outros deputados também sofreram dessa miopia.

O colega Clemente dizia uma série de coisas sobre Coimbra, e Castelo Viegas, pois convidava-o e todos os outros colegas de freguesia a irem a Almalaguês, porque para além de Castelo Viegas, em Coimbra existem outras freguesias. E é importante que olhamos para elas.

O Dr. Reis Marques considerou que nada foi feito em Coimbra, e que no tempo rosa se fazia alguma coisa por Coimbra, para além do rio como digo, nós precisamos ainda de mais vitamina C para continuar a consideramo-nos como verdadeiros cidadãos de Coimbra.

Desejo a todos se excepção e um bom final de mandato agradeço a colaboração que todos tivemos e que todos prestamos entre nós no exercício da democracia e desejo também um regresso rejuvenescido por amor a Coimbra."

Presidente da Junta de Freguesia de Torres do Mondego:

"Esta é a última Assembleia deste mandato e para mim pessoalmente também será a última como membro deste colectivo uma vez que não me recandidato!

Parto com a convicção do dever cumprido, todas as obras que propus executar estão concluídas, ou em final de execução as minhas promessas cumpri-as ao longo destes dois mandatos.

Acontece porém que as promessas do Senhor Presidente da Câmara de Coimbra, à minha Freguesia, não foram totalmente cumpridas, refiro-me como é obvio à Ponte Pedonal acima da cota de cheia na travessia do Rio Mondego, para a Praia Fluvial, que continuo a afirmar é o cartão de visita deste concelho e da minha freguesia, também não foi lá instalado o Parque Infantil que prometeu, será que ainda antes de terminar a época balnear o vão instalar, enfim promessas.

Relembro que nem tudo é mau, e mau seria se assim não fosse houve saneamento em alguns lugares, houve reparações de escola abertura e alargamento de Estradas que servem até de corta fogo, como é o caso da ligação do lugar do Zorro e caminho municipal 1152 Estrada conhecida por estrada do Carvalho e conseqüentemente ligação a Poiães. Referi esta estrada porque os habitantes dos lugares de Lagoas, Carvalho e Freguesia de St^a Maria de Poiães já a utilizaram para fugir ao trânsito da estrada da Beira.

Desta forma Senhor Presidente deixo-lhe aqui um pedido, nesta Assembleia, mais ousada, já se justifica não uma Ponte Pedonal a ligar as duas margens mas uma Ponte Rodoviária que permite esta fuga de transito para a nacional 110 Coimbra/Penacova, e um aproximar ainda mais dos lugares separados pelo Rio Mondego.

Tenho esperança que este meu pedido não cairá em saco roto, assim como, o saneamento dos lugares de Carvalhosas, Palheiros e Zorro, na margem esquerda do Rio de Casal do Lobo, Cova do Ouro e Dianteiro na zona Norte da Freguesia.

Resta-me agradecer a todos os funcionários desta Câmara que souberam dar o seu melhor empenho quando precisei da sua ajuda, um abraço muito especial ao Director de Obras Municipais a Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias, A toda a vereação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, à digníssima Mesa da Assembleia Municipal da pessoa do Senhor Presidente a todos os deputados municipais, em especial a todos os meus companheiros Presidentes de Junta de Freguesia. Até sempre.

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (Por Coimbra):

Não querendo ocupar muito do vosso tempo, este é com efeito a última sessão ordinária deste órgão deliberativo que é por excelência a Assembleia Municipal.

Estamos prestes a terminar o mandato que nos foi conferido pelos cidadãos de Coimbra. Mandato aliás, pela minha parte, e pela parte que me toca, exerci com muito gosto, sempre dentro do princípio da responsabilidade que a tal nos é exigido, como cidadão de Coimbra, e não obstante das divergências que existem por natureza nesta Assembleia, sempre tentei respeitar e quero respeitar as opiniões e as ideias que nos dividem.

Antes de mais, quero deixar, fazendo justiça, uma palavra de estima também, como aliás já foi aqui referido e de grande admiração, ao senhor Presidente desta Assembleia ao Prof. Dr. Manuel Porto, felicitando-o pela forma magnânima, generosa, clarividente sempre como dirigiu e dirige com enorme grandeza de espírito os trabalhos desta Assembleia. Bem-haja pelo seu espírito de missão, sempre em prol dos princípios e dos valores universais que professa. Em segundo lugar, quero também manifestar o meu reconhecimento, aliás subscrevendo inteiramente, a excelente intervenção do meu caro amigo líder de bancada Dr. Maló de Abreu, no início desta sessão, reconhecendo efectivamente o trabalho profícuo que tem sido desenvolvido por todos os Presidente de Junta. Que são de facto os verdadeiro e autênticos obreiros do desenvolvimento local. Faço votos para que continuem a fazer parte integrantes das Assembleia Municipais, para que no futuro continuem de facto a fazer parte integrante destes órgãos municipais porque eles efectivamente, sem eles, as Assembleias Municipais não serão exactamente o mesmo.

E que o próximo e novo governo reponha a justiça, a que os mesmos têm direito e se acabe com a equidade que é a inclusão dos montantes das respectivas remunerações daqueles que são os nossos eleitos locais, e que, essa remunerações sejam asseguradas pelo orçamento geral do estado.

Consideramos que, é injusto que os recursos e as dotações, que são só por si escassas em relação ao fundo de financiamento das freguesias, sejam esses fundos a suportar as remunerações dos eleitos locais. Este é de facto apenas um exemplo infeliz, da política do actual governo, que penso, que ainda não percebeu que o verdadeiro motor, e um dos pilares do desenvolvimento económico-social radicam precisamente no trabalho que é desenvolvido pelos nossos autarcas. Vasta de resto olhar para a evolução da política fiscal que tem sido desenvolvida pelo actual governo e que tem tido um acréscimo considerável em relação ao PIB e para verificar que a única posição e acção, que foi tomada no sentido de reduzir a carga fiscal, insidio exactamente sobre o IMI que é aquela que é a receita das Autarquias Locais. Com o devido respeito, penso que foi um a posição farisaica que é preciso remediar através das novas políticas do próximo governo.

Pretendo por outro lado afirmar, que para mim foi de facto uma honra, fazer parte e integrar também Dr. Maló de Abreu o nosso grupo municipal "Por Coimbra".

Todos nós aqui temos a consciência que honramos e não traímos, o sentido de voto que os cidadãos nos conferiram, para o exercício deste nosso mandato. Estamos de consciência tranquila e orgulhosos por termos cooperado com o actual executivo municipal, apoiamos, as suas opções políticas, opções políticas, vendo com satisfação que a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos de Coimbra aumentou, vasta olhar para a taxa de saneamento básico e abastecimento que já ultrapassa os 95%, com mais e melhores transportes públicos, proporcionado pelos Serviços Municipalizados de Transportes como a política de equipamentos que foi desenvolvida ao nível educativo de proximidade junto das freguesias, com as melhores acessibilidades e equipamentos também desportivos e um grande projecto, que é o projecto de facto do I'Parque, independentemente daquilo que se possa dizer mas foram criadas condições para que efectivamente o tecido empresarial de Coimbra possa rejuvenescer e possa rejuvenescer com novas empresas, com aquelas empresas de ponta, que estejam ligadas há inovação, ao desenvolvimento tecnológico, porque são elas que poderão proporcionar de facto mais exportações e de alguma forma afirmar o nosso país, economicamente no contexto da teia complexa que são os mercados internacionais.

A promoção do emprego de facto, é o grande objectivo deste grande projecto que é o I'Parque. E é por isso que consideramos como crucial o Dr. Carlos de Encarnação que continue de facto á frente dos destinos de Coimbra. Porque entendemos, e esta também é a minha convicção que é uma pessoa íntegra e ímpoluta e é sem dúvida o depositário da confiança da esmagadora dos cidadãos de Coimbra.

Não pretendo terminar também sem dizer e agradecer que de facto os restantes senhores vereadores que constituíram o executivo fizeram um excelente trabalho, junto e com o Dr. Carlos de Encarnação."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

"Já hoje passamos pela fase dos desabafos e dos abraços, das despedidas mais ou menos sentidas, da amizade democrática com que todos nos revemos após nos dialogar-mos as vezes de formas mais abertas, mais evidentes, durante os últimos 4 anos, só nos fica bem esta humildade de reconhecimento final e desejo-vos a todos que continuem ou não, num próximo mandato as maiores felicidades no campo de vista pessoal, no campo de vista político não quero, que passe aqui qualquer parte de hipocrisia, desejo os melhores êxitos à minha bancada e naturalmente os êxitos relativos com as minhas expirações às outras restantes bancadas.

Em todo caso e importa aqui, e será esta sempre uma Assembleia em que todos nós faremos um pouco de reflexão acerca de que foram estes últimos 4 anos.

Em relação a nós CDU, apresentamos ás eleições de 2005, propostas que gestionassem mais democracia no Governo da Cidade, mais democracia na Assembleia Municipal, mais democracia no Executivo Municipal, mais democracia mas, para as Juntas de Freguesia, não fomos suficiente para se conseguir que tal se concretizasse. Não por falta de convicção ou de empenhamento, logo no início do mandato procuramos que a Assembleia Municipal adequa-se e altera-se a sua regra de funcionamento em ordem e em

maximização da participação dos deputados individualmente ou organizados em grupos municipais.

Não conseguimos, ainda hoje esperamos que o debate sobre o emprego que propusemos seja agendado pelo Senhor Presidente, exemplo do que foi feito por exemplo em relação à Penitenciária por proposta nossa, e atempadamente com resultados magníficos aliás, que obtivemos com a participação da cidade, dos seus intervenientes, e das opiniões que consolidaram uma posição mais justa para Coimbra e amplamente consensualizada, a democracia é possível, a democracia é necessária, a democracia é eficaz.

As maiorias de ocasião vetam, por acção ou omissão quaisquer alterações de funcionamento que possam colidir com todo o controlo do poder de decisão. Não fomos suficientes para alterar a situação, mas não por falta de coerência.

No pelouro que gerimos, fizemo-lo não só, com competência e eficiência mas também e sobretudo, ouvindo as pessoas, organizando a sua participação, transportando e incorporando na acção executiva as suas reivindicações e expirações.

Divulgamos as propostas, e apresentamos os resultados publicamente e também a esta Assembleia. E em suma sujeitamo-nos democraticamente ao escrutínio público. Estamos portanto, muito satisfeitos com o nosso trabalho, mas, não fomos suficientes para que essa fosse uma prática de todo o executivo municipal.

Não nos podem acusar por falta de persistência e aí chamo a atenção ao meu caro amigo Victor Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Almalaguês, todos os anos, todos os anos, recorrentemente procuramos que há Juntas de Freguesia fossem dotadas de mais meios e competências, não por teimosia, mas porque consideramos que o aprofundamento da vida democrática do município passa pela descentralização do poder para um conjunto cada vez maior de executores. Não faz sentido que o imenso potencial humano, e a abnegação dos eleitos das freguesias sejam desperdiçado. É nossa convicção, que a capacidade de fazer coisas aumentaria exponencialmente todos nós, todos nós viveríamos melhor em Coimbra se isso tivesse sido feito e não fomos suficientes para que isso fosse possível.

O próximo acto eleitoral trará seguramente novidades e alterações, os deputados da CDU serão mais concerteza, se seremos suficiente para obrigar a uma nova política, o povo o dirá, em **períoso** no entanto que a Assembleia Municipal que vier a ser eleita a 11 de Outubro, deixe de ser um mero órgão rectificador de decisões de uma qualquer maioria do executivo, mas sim um órgão de apreciação crítica, de discussão e de deliberação que a cidade precisa. O fórum de reflexão e atenção aos problemas da cidade e dos cidadãos, o espaço onde as soluções para Coimbra serão encontrados em ambos os consensos para vem de todos os Conimbricenses e não a mando de qualquer maioria do executivo.

Tudo faremos para que tal aconteça! E porque as maiorias absolutas conduzem ao exercício absolutista do poder, à que mudar e acreditamos que os Conimbricenses também assim o entendem.

Por último uma pequena chamada de atenção, suscitar democraticamente também uma resposta que creio quando nos é pedida, a uma posição sobre a privatização das Águas. A deputada Catarina Martins, fez o favor de chamar a atenção e suscitar a nossa posição, entendo que o terá feito eventualmente por

esquecimento ou por desconhecimento a pratica da CDU, creio que não, creio que só entendo por isto.

A CDU desde há anos, em associação com as populações se debatei e debate, contra a privatização da água, estivemos sempre e na linha da frente, contra a nova lei da água, aprovada pelo PS, PSD, e PP na Assembleia da República este sim, o mecanismo que abriu as portas à privatização da água, não só, em Coimbra mas em todo o país. Mas mais.

Há uns anos atrás, a CDU desencadeou uma campanha pública contra a tentativa das privatizações de água, nomeadamente com um abaixo-assinado que foi subscrito por milhares de Conimbricenses, muitos também membros da Assembleia Municipal, creio mesmo que chegou a ser aprovado em Assembleia Municipal uma moção contra a privatização da água e estou sinceramente convencido que nessa altura a deputada Catarina Martins também terá assinado esse abaixo assinado da CDU. Tenho a certeza absoluta, só por mero esquecimento é que hoje pode estar a suscitar, uma reafirmação da nossa posição de sempre.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"Quero dizer que não vou fazer nenhum balanço, nem reafirmar conflitos ou divergências. Temos a plena consciência clara que exercitamos aqui, a democracia.

Para quem não deu pela oposição a esta maioria, teria apenas que de vigiamos a verdade e o dever ser, em vez de procurar o sensacionalismo e o protagonismo. Ou talvez melhor, fomos contundentes sem sermos indecentes. São assim os grandes homens, são assim os grandes democratas. Confronto é só de ideias, o respeito pessoal deve ser, tanto maior quanto maior é o desacordo manifestado. Fomos assim!

E foi assim, quando não acompanhamos os orçamentos desta Câmara, as suas opções relatórios e contas de gerência, e quando discordamos das justificações para a contratações de empréstimo a médio e a longo prazo.

Foi assim, sofre a defesa do que entendemos melhor para Coimbra, sobre a localização do novo aeroporto, da construção da alta velocidade, porque mais nos aproxima das grandes metrópoles e dos centros de decisão e vem assim a construção e o lançamento de 600Km de novas estradas que interligam os distritos de Coimbra, Viseu, Castelo-Branco, Leiria e Santarém.

Quero dizer isto, porque nos preocupa e não queremos a bandeira de ninguém de quem luta em primeiro grau, para que Coimbra lidere a região centro é o Partido Socialista, tem sido o Partido Socialista, irá ser concerteza também o partido Socialista.

Esperamos concerteza também, neste contexto o PSD acompanhe o Partido Socialista.

A este conjunto de mero exemplo de referências muitas vezes aqui nesta Assembleia esta maioria nada disse, ou se opôs, ou ainda se opõe hoje.

Para termos em conta o aumento brutal do tarifário para o abastecimento de água domiciliária ao concelho, aqui quero lembrar o Senhor deputado Moisés Geraldes ao referi há lapnansam que a cobertura a 95% do saneamento básico, quero lembrar-lhe que por exemplo na sua freguesia que também é a minha, o saneamento todo ele realizado, foi concluído no tempo do Partido Socialista e todo ele também realizado no mandato do Dr. Manuel Machado.

Ao Senhor Presidente da Junta de Almalaguês quero referir, o Partido Socialista entende que é assim. E também nas freguesias e por isso contribuiu para essa obras que referiu, com a sua participação das empresa “Águas do Mondego”. 50% desses capitais são da Administração Central.

Defendemos também como se lembram, como está na lei a redução em 10% da taxa aprovada para o IMI, para todas as freguesias e não apenas para as freguesias de Almedina, S. Bartolomeu. Qual o princípio de igualdade adoptado nesta Câmara em tal matéria.

Mostramos e como já foi referido pelos meus colegas. Quem afinal gosta de Coimbra?

É o Metro que está aí, é o Hospital Pediátrico que certo será ainda inaugurado este anos, é o IC2, eliminaram-se as passagens níveis da margem esquerda, e já agora falar um conjunto de financiamentos que já o deputado Vassalo de Abreu aqui o referiu, estruturante da Alta Universidade a recuperação do Colégio Trindade, para o Tribunal Universitário e Judicial Europeu, a nova Biblioteca da Faculdade de Direito na Casa dos Melos, as intervenções no Convento de Celas, Igreja de St^a Cruz, Sé Velha, Convento de Santa-Clara, Museu da Ciência ou Museu Machado de Castro.

Quem afinal gosta de Coimbra!

Acompanhamos a CDU para a criação da Provedoria dos Direitos Administrados, porque entendemos os nossos munícipes tem outros direitos constitucionalmente garantidos, para além do direito ao ambiente. Direitos esses que não estavam a ser devidamente exercidos e acautelados na relação com o executivo municipal.

Todos os contributos, a maioria desta Assembleia ignorou ou não aceitou, por isso também não podemos deixar de referir à maioria desta Assembleia PSD/CDS/PPM, a nossa frustração e desencanto que por vezes no exercício do mandato de nós se apoderou.

È para nós Socialista a democracia não se esgota no princípio da maioria. Ela a democracia não é neste contexto afinal mais que um processo formal de organização e alcance das decisões públicas ou colectivas no caso da Câmara Municipal com vista a torna-las validas e eficazes. Nada diz a democracia neste particular, sobre o mérito de tais decisões, se são boas ou se são más e muitas vezes, nós oposição aqui em minoria sentimo-nos abusados. Sentimos aqui que muitas vezes, senão quase sempre, a maioria desta Assembleia decidiu sem peias, a seu belo prazer sobre em minoria em que nós nos incluimos pouco importando o mérito e o dever ser. Sentimos aqui que nem sempre o debate foi racional, este o debate as mais das vezes, foi orientado no interesse do partido e menos no que é epistolado pela verdade, pelo bem comum do cobardemente de interesse aos nossos munícipes.

Foi pena esses interesses do partido, pervertem a discussão e à apreciação do que nos era proposto para aprovação, prova disso Senhor Presidente desta Assembleia Municipal é a constatação do tempo ocupado nesta Assembleia no período antes da ordem do dia foi sempre em todas as reuniões 10 vezes superior, passo a imagem ao tempo ocupado com a discussão de questões agendadas inerentes à ordem do dia. Entendo assim negativo o funcionamento desta Assembleia neste particular.

Muitos de nós já aqui não estaremos na constituição da próxima Assembleia Municipal, uns porque não são eleitos, outros por outras razões não desejaram ser candidatos. Aqui se conclui o líder da minha bancada o Dr. Reis Marques

quero e demonstrar quanto apreciei o seu modo de estar na política e saber ser oposição, como atrás disse contundentes sim, mas não indecentes.

Reis Marques, tenho pena que não tenhas querido continuar, a elevação e a nobreza do teu procedimento exigiriam a tua presença. Como tu, entendo também que o debate prosseguido nesta Assembleia deve ser entendido como um diálogo social, orientado sobre as da razão para a verdade e para o bem-estar, sempre com respeito e educação. A todos os Senhores deputados desejo pessoalmente as maiores felicidades pessoais e o gosto de ter convosco trabalhado mensagem que deposito nas mãos do senhor Presidente da Assembleia a todos dirigida.

Presidente da Junta de Freguesia da Lamarosa:

"Não é normalmente o meu hábito de vir aqui a esta tribuna, mas dada a esta sessão se estar a concretizar por despedidas eu não poderia deixar também neste momento de o fazer, uma vez que vou deixar a vida autárquica, acho que há um tempo para tudo, estou aqui nesta casa há 16 anos se juntar mais 3 anos como tesoureiro são 19 anos que dediquei á vida autárquica e à minha freguesia.

Entendo que é tempo de dar lugar aos mais novos ou a outros que viram, consegui um objectivo, foi dotar a freguesia dos meios essenciais para uma melhor qualidade de vida dos meus fregueses. Tive dificuldade nos primeiros dois mandatos perante uma política que, pouco se virou para as freguesias rurais, conseguiu-se algumas coisa mas não se conseguiu aquilo que se desejava. Felizmente com a entrada do Senhor Presidente Dr. Carlos da Encarnação a política foi outra, foi mais virada, mais atenta às freguesias às necessidades daqueles que estavam esquecidos. Lamarosa estava esquecida nessa altura, e graças a este executivo dar o salto em frente dotando-a dos meios que já disse que, criam uma qualidade de vida que hoje é invejada por outras freguesias.

Saneamento, água ao domicílio, arruamentos, rede escolar, área desportiva. Não posso sinceramente me queixar, não se fez tudo, mas à que fazer mais. Mas, o meu objectivo foi alcançado. Neste momento que estou de despedida, quero deixar um abraço a todos, desejando as maiores felicidades, e desejando concerteza ao meu partido felicidades e força para voltar a ganhar estas eleições, porque certamente as freguesias rurais ficaram melhores.

Presidente da Junta de Freguesia de Arzila:

"Este é o último dia que subo a esta tribuna, como alguns colegas que me antecederam, foi um prazer estar aqui durante 12 anos, por isso quero agradecer a todos sem exacção e o quanto me foi possível apreender nesta sala, tudo o que foi deliberado nesta sala e aprovado nesta Câmara para bem-estar dos cidadãos. Desejo a todos, as maiores felicidades, aos partidos concorrentes à Câmara e Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia, para o próximo acto eleitoral uma boa campanha, bem como os maiores êxitos aos futuros eleitos para o bem de Coimbra e suas freguesias, obrigado a todos até sempre.

Presidente da Câmara:

Gostaria de respeitar o modo tradicional como vos dirijo a vós, sendo certo que esta mais uma das sessões a última deste mandato por ventura, mas é apenas mais uma das sessões.

Começaria por responder a quatro ou cinco questões que me foram colocadas.

Em primeiro lugar, a questão da Freguesia de Castelo Viegas, a variante de Vale de Cabras pode ainda começar, desejo que comece, o Presidente da junta sabe perfeitamente.

Em segundo lugar, não houve nenhum acidente grave nas rotundas de Coimbra, felizmente elas são tão visíveis, que as pessoas se afastam dela esse é o objectivo.

Em terceiro lugar, em relação ao Metro Mondego a nossa resposta é simples e foi escrita entendemos que não deve ser encerrada a linha na totalidade, a partir de Outubro, não há justificação nenhuma, o calendário das aberturas de concurso, tem estado atrasado mais de 6 meses cada uma delas. A entrada á obra apenas se verifica na ponta da linha, portanto Serpins para cá, não há nenhuma razão substancial para isso acontecer, e tudo o que seja feito nisso tem que ser feito objectivamente com a participação da Câmara Municipal de Coimbra. Porque é evidentemente que sobre ela que é lançada a perturbação de trânsito mais significativo.

Quarto lugar, a questão do Infantário Jardim-de-infância creche da Solum.

O modo como foi cedido, é o modo que nós temos repetido em variadíssimas outras circunstâncias, ainda à relativamente pouco tempo, para a creche de Ceira, para a Selim (Instituição de solidariedade social) também, foi cedida em regime de compacto, fizemos neste caso concreto da Selim, o projecto, subsidiámos a construção, oferecemos o terreno em regime de comodato. A Selim está a construir, fiscalizamos a obra.

Em relação à Solum, é simples. A Fundação Bissaya Barreto tem do ponto de vista do crédito público, um extraordinário património que tem de ser reconhecido por todos na área social.

É uma entidade singular, não faria sentido que a tratássemos de forma diferente.

À Bissaya Barreto foi-lhe atribuída em regime de comodato aquela instituição com a obrigação de a transformar, porque se trata de uma verdadeira transformação com a apresentação de um novo projecto, de jardim-de-infância em creche, naturalmente ela fará obra e naturalmente não será subsidiada para fazer a obra.

O que nós temos no nosso objectivo é o seguinte:

Os senhores já o sabem, eu comprometo-me com objectivos e cumpro, comprometi-me com o objectivo de fazer respostas que os jardins-de-infância fossem 100%, no fim deste mandato e atingi. Como, fazendo crescer para mais de 30%, a participação pública construindo concretamente mais seis jardins-de-infância.

Aquilo que me vou comprometer com o próximo mandato, é fazer com que as creches cresçam até um limite de oferta de 70%. No fim deste ano, ultrapassemos os 45%, de resposta.

As creches são de iniciativa privada ou solidária, eu propôs ao Governo que fossem de iniciativa pública, e que fossem entregues às juntas de freguesia, o governo não aceitou.

O que nós estamos a fazer, é tudo aquilo que seja possível, para aumentar o número de creches, ceder terrenos, ceder projectos, ajudar as instituições privadas de solidariedade social e apenas essas, a construir creche, entendo que do ponto de vista pré educativo e do ponto de vista social é o bem nesta altura mais necessário para todos os casais e famílias jovens. Não pode haver consideração social, e capacidade de apelo aos casais jovens para terem filhos e

para cuidarem melhor deles, senão houver uma resposta desta natureza. É um elemento que falta e nós temos a possibilidade de contribuir para o conseguir. Quinto lugar, a história da construção das escolas, Coselhas iniciará a construção da escola em Setembro/Outubro, por ventura Outubro e estimamos que as outras duas escolas que foram faladas se iniciem em construção apenas em Dezembro. Há várias formalidades em ter em conta, devo dizer que o último projecto, para lançamento do concurso vai à Câmara aquele conjunto de escolas que eu disse que, deviam ser remodeladas, vai à Câmara na próxima sessão, em relação à escola do Tovim que é uma escola muito importante para descondicionar toda aquela zona.

Portanto, com isso cumprimos também tudo aquilo que tínhamos comprometido em relação á grande remodelação das escolas. Já não falo nas várias escolas incluindo Torres do Mondego e Castelo Viegas que já estão a ser remodeladas. Torres de Mondego e Castelo Viegas são das primeiras que estarão prontas. Quero lembrar as Senhores deputados que não tenho memória de em Coimbra se ter feito um esforço tão grande no parque escolar, com aquilo que está feito e com aquilo que vai ser lançado nós estamos a falar como qualquer coisa como 20 milhões de euros.

É aqui que eu fazia um particular apelo, ao senhor deputado Reis Marques, por quem tenho uma enorme consideração. A quem devo intervenções nesta Assembleia, em defesa da minha honra e da minha consideração que nunca mais esquecerei, mas exactamente por isso, e porque tenho tanta consideração por ele. Pedia ao deputado Reis Marques, que se informa-se antes de intervir, sobre alguma das coisas que não viu, sei que nós nem sempre pomos os óculos, mas convêm por os óculos para ver aquilo que foi visto, sob pena das pessoas passarem a fazer um discurso estereotipado de repetição e argumentação política e não fazerem um discurso credível. Porque, o que é mais difícil é, não ver aquilo que está construído, o que é mais difícil é não ver o esforço que é feito, peço desculpa de vos roubar alguns minutos, mas vou contar algumas histórias ao Dr. Reis Marques é a história verdadeiramente do que aconteceu em relação a duas grandes questões, que atravessavam o nosso município.

O nosso município disse-o na altura, que tinha cerca de 25 a 30%, de lares sem saneamento básico, para dar exemplo do que me vem à memória porque há outros que por ventura serão mais importantes, Vil de Matos cobertura de saneamento em 2001 era de 0%, Castelo Viegas cobertura de Saneamento em 2001 era de 25%, Almalaguês cobertura de saneamento em 2001 era de 35%, eram números próprios do terceiro mundo. Se nós continuássemos por esta via, e era uma via pacífica que todos achavam bem, quem tinha continuava a ter, quem não tinha nunca mais tinha.

E o movimento que foi necessário para resolver isto, Dr. Reis Marques ouça vem o que estou a dizer porque é a verdade é a seguinte.

A Câmara Municipal de Coimbra antes de nós aqui chegarmos, tinha recusado sempre, constituir as Águas do Mondego, porque entendia que a sua participação nas Águas do Mondego a diminuía, e diminuía essa sua capacidade negocial. A nossa atitude foi completamente ao contrário, nós compreendemos que sem as Águas do Mondego constituídas, não conseguiríamos fazer tudo, porque! Porque a disciplina que estava institucionalizada era esta, as Águas do Mondego tinham de fazer a alta, ou seja, estações de tratamento, todos os outros sistemas eram feitos pelo município de Coimbra, pelas Águas de

Coimbra. Por isso criamos para aumentar a capacidade de projecto e de execução as Águas de Coimbra com base nos SMTUC.

Foi só este movimento que fez com que, nós conseguíssemos fazer com a participação das Águas do Mondego, as estações de tratamento de águas residuais, às quais tínhamos de ligar todos os sistemas de tratamento que entretanto construíamos. Em termos concretos, às Águas do Mondego até agora couberam 20 milhões de investimento às Águas de Coimbra couberam 75 milhões de investimentos.

Para ver bem aquilo que estou a dizer e para compreender porque é que eu estou a dizer isso e porque é que me louvo de tentarmos e conseguirmos atingir este objectivo.

Claro está, que as pessoas que viviam na periferia de Coimbra, nas freguesias periféricas perante esta realidade diziam, esqueceram-se de nós, esta gente não tem consideração por nós, esta gente só pensa naquilo que é o núcleo fundamental da cidade e estavam no seu legítimo direito de pensarem assim, eu disse-o no outro disse em S. João do Campo e disse o que ia fazer a S. João do Campo, um senhor levantou-se da assistência e disse, (estou farto de mentiras) e tinha toda a razão de dizer isso, porque não sei quantas vezes lá tinha ido contar-lhes a mesma história que iam fazer aquilo.

Foi exactamente o que eu disse, aos responsáveis do Hospital Pediátrico, quando eles se encontraram com o Ministro que viria a desencadear a solução última para o Hospital Pediátrico.

No Governo Civil de Coimbra, sentaram-se médicos e enfermeiros, portanto a representação do Hospital Pediátrico do meu lado, e o Ministro do outro lado. O Ministro começou várias histórias do que ia fazer, e eu disse ao Senhor Ministro, Senhor Ministros os Senhores todos que estão aqui já estão fartos de ouvir isso e não acreditam em nada do que o senhor está a dizer. Foi a partir daí que se estabeleceu uma Comissão Paritária de Acompanhamento do Projecto do Hospital Pediátrico e aquilo foi para a frente. Não foi neste governo infelizmente, foi no outro governo anterior que a obra foi lançada.

Mas também não tem problema nenhum, porque depois ela esteve com este governo parada mais de ano e meio, mas também não tem problema nenhum nesta altura é um luxo está feito o Hospital Pediátrico, ganhamos todos.

A questão do Hospital Pediátrico, o Dr. Reis Marques sabe muito bem o que eu estou a dizer é verdade. A questão que se ponha, na questão de oportunidade da construção do Hospital Pediátrico, vou dizer isto pela primeira vez em público, era só está, ou era feito o Centro Materna Infantil no Porto, ou era feito o Hospital Pediátrico, foi feito o Hospital Pediátrico e não o Centro Materno Infantil do Porto. História simples, clara verdadeira tão fácil como isto de contar como testemunhas todas que quiseram ouvir acerca disto.

Eu gosto que qualquer governo goste de Coimbra. E gostava que este governo gostasse mais. ...

O lançamento do IC2 foi feito o lançamento no outro governo não foi neste, o IC2 teve 2 anos parado, esteve aqui o senhor Ministro e o Secretário do Estado, e eu disse-o que houve coisas que correram bem, e outras que não correram bem. E o que não correu bem foi o IC2. A resposta do senhor Ministro (Mário Lino) não é um qualquer ministro. O senhor Ministro responde assim: Pois é, nós durante estes dois anos, estivemos a equilibrar o orçamento e agora vamos fazer a estrada. Esta foi uma resposta, mas que não há dúvida nenhuma é que esteve parada 2 anos.

A magna questão que já aqui atravessou várias intervenções da Estação. Nós todos estamos infelicíssimos com a estação que temos, e com razão, eu já o disse várias vezes, com extrema facilidade que é aquilo que eu sinto. Há 30 anos quando eu era Governador Civil de Coimbra veio aqui um senhor Ministro que me disse que ia fazer a estação de Coimbra. Eu acreditei, nunca mais acreditei em nenhum Senhor Ministro até prova em contrário, porque justamente quando nós tínhamos o projecto lançado, o Eng^o Rebelo negociou todos os termos da circulação dos comboios construir uma linha daqui, outra dali e os tempos todos de construção, mudou o governo, e o projecto da estação não foi lançado. Justificação, problema do TGV e inserção da estação do TGV é uma razão, não digo que não, mas a verdade é que aquilo que tudo estava feito e previsto para ser lançado, acabou em águas de bacalhau.

É verdade diz o deputado Reis Marques, mas nós tivemos o centro de interpretação de St^a Clara-a-Velha foi um projecto que começou á 12 anos atrás, é verdade diz o Senhor deputado, mas nós tivemos o Museu Machado de Castro é verdade foi um projecto que começou há 6 anos atrás, mas ainda bem que está a quase a ser concluído, imagine-se que se não fosse, imagine se não tivesse sido um há 12 anos e o outro há 6 anos, se não o fosse estaríamos agora tudo aqui a partir pedra para conseguirmos estas coisas, ainda bem que estamos a quase a concluir isso, são riquezas absolutamente essenciais para o património de Coimbra.

...

Queria dizer aos senhores deputados o seguinte:

Que tive uma sorte muito grande, que foi no meu executivo eu ter tido um conjunto de pessoas, que tiveram para comigo uma amizade, uma solidariedade e uma lealdade a toda a prova. Não poderei dizer isso de todos, as pessoas são desiguais, eu compreendo a humanidade é fraca, agora, o que não há dúvida nenhuma é que o João Rebelo, o Marcelo Nuno, o Mário Nunes, o Gouveia Monteiro foram pessoas de uma competência de uma capacidade de uma lealdade a toda a prova. E mesmo o Sr. Coronel Álvaro Seco, durante metade do mandato ocupou um lugar de vereação, com pelouro atribuído, foi igualmente de uma lealdade a toda a prova.

Portanto, o que quero dizer é que tive esta sorte imensa de ter este conjunto de pessoas ao meu lado, que se mantiveram ao meu lado, e que dão um exemplo extraordinário porque quando saem, continuam a firmar a sua lealdade perante mim. Não é como qualquer outra pessoa por qualquer razão se vai embora e é desleal, não são assim, estas pessoas são leais, mantêm a sua lealdade e por isso dão um exemplo extraordinário na democracia de hoje.

Quero agradecer-lhes a todos, a sua contribuição, porque foi muito importante. Coimbra vai ficar a dever muito ao Eng.^o João Rebelo a toda a área do urbanismo, depois vão perceber porque isto aconteceu e porque isto é assim. Coimbra vai ficar a dever muito às soluções novas que o Marcelo Nuno trouxe para a questão do orçamento e da gestão económica e financeira da autarquia. Coimbra vai ficar a dever muito ao Mário Nunes, Mário Nunes deu uma visão popular da cultura que nunca a Câmara de Coimbra se tinha atrevido a exhibir. O Gouveia Monteiro deu uma orientação do ponto de vista da política de habitação da Câmara Municipal de Coimbra, que é absolutamente nova, em relação àquilo que se praticava e que é a política de habitação social certa nos tempos de hoje. Que depois foi contestada até pela apresentação de um programa do governo sobre a habitação que veio a ser feita em Coimbra e afinal

não era programa nenhum, era apenas um estudo de um conjunto de universidades sobre a habitação. Mas tivemos esse orgulho essa honra.

O que quero dizer é que tive de facto estas pessoas comigo, a trabalharem comigo, com várias orientações partidárias, mas que, foram excelentes extraordinários, foram muitíssimo boas para me acompanharem neste trabalho.

Depois o prazer de estar a contar com um Presidente da Assembleia Municipal, que é uma referência democrática de tolerância e de exercício pacífico e paciente do ministério democrático neste parlamento municipal. Tudo o que verdadeiramente aqui se passou é verdadeiramente dignificante, da democracia do poder local, e fica-lhe como nos dois mandatos como qualquer coisa de muito importante e que ele representou muito bem durante os mandatos em que aqui estivemos e particularmente este último.

Quero agradecer a todos os deputados municipais, aqueles que me apoiaram, aqueles assim, assim, e aqueles que não me apoiaram, eu divido sempre as pessoas desta maneira. Aqueles que verdadeiramente gostam de mim aqueles que nem por isso, e aqueles que tem uma maneira muito estranha que gostam de mim.

Portanto, com isto quero dizer, que a todos agradeço, mesmo aos exageros, porque qualquer exagero de argumentação ou afirmação cai no ridículo principalmente quando é repetido, ainda aqui hoje tivemos aqui um, ao dizer que nós privatizamos, exagero puro e simples, vergonha do ridículo, manifesto acesso, intolerância falta a verdade, isto acontece, mas é bom, porquê, porque do ponto de vista democrático é exemplar. Porque há pessoas que falam assim, há pessoas que falam de outra maneira há pessoas que argumentam do ponto de vista democrático de uma forma, há pessoas que argumentam de outra. E assim se faz a escolha da democracia sobre estas realidades.

Portanto não tenho nada a comentar em relação a isto. Apenas dizer que deus de vez enquanto é muito bom para nós ao dar-nos isto.

Queria agradecer a todos os senhores deputados municipais, queria agradecer a paciência como me ouviram nestas sessões, queria dizer-vos que porventura de contentamento de uns, não para contentamento de outros tenciona candidatar-me e já agora ganhar as próximas eleições.

Presidente da Assembleia Municipal.

"Agradeço a todos, que me preferiram. Sei que sou criticado por demorar muito antes da ordem do dia, mas para mim é um enriquecimento é uma verdadeira expressão democrática, portanto, é uma falha para mim e imagino também para outros que é uma forma de enriquecimento.

Não posso as minhas angústias que muito me conhecem. Coimbra tem pouca sorte, o último caso, pouca sorte é a questão da não adjudicação destas auto-estradas aqui no centro.

Sou o primeiro a defender o rigor, as finanças públicas, porque tive a honra de me ouvirem a falar de finanças públicas, simplesmente e por azar a última que não se pôs a questão e que havia diferença entre a adjudicação e a concurso foi a do Sul do Tejo que teve um desvio de 167%, quando são números fico furioso fixo-os sempre, e depois quando o desvio não era tão grande, a pouca sorte são as duas que não foram adjudicadas é de Coimbra para Viseu e de Coimbra para Tomar promovendo o interior.

Coimbra tem azar. Dizia o Dr. Veiga Simão aqui nesta sala, neste mesmo lugar que “Coimbra tinha sido bem amada passou a mal amada”. Mas realmente este caso é de azar.

Portanto a última adjudicada foi a do Sul do Tejo, com o desvio de 167%, duas vezes mais. As de Coimbra que promovia o interior, por azar foram as primeiras a serem apanhadas e vamos lá ver o que é que acontece."

Presidente da Câmara

"Peço desculpa, pode ter sido mal interpretado, eu não ter falado no Senhor Vereador Luís Previdência, mas foi apenas que eu me referia aos vereadores que saíam. A todos a quem eu me referi saíem do executivo.

Portanto em relação ao Luís Previdência quero dizer que tenho uma consideração igual por ele, em relação ao que tenho por todos e a verdade para além de mais, vou ter a oportunidade de gozar a consideração ainda mais, porque ele vai acompanhar-me no próximo executivo."

Período da ordem do Dia

Ponto 1-Intervenção do Presidente da Câmara:

Nos termos da al. e) do nº1 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro não foi apresentada a informação escrita acerca da actividade da câmara bem como a situação financeira.

Ponto 2 - Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto - Estatuto de Utilidade Pública:

Relativamente ao pedido formulado pela PCAND, Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 31 de Agosto último, a Assembleia Municipal de Coimbra deliberou, por unanimidade reconhecer a utilidade pública da entidade requerente Paralisia Cerebral - Associação Nacional de Desporto - Estatuto de Utilidade Pública, pela relevante e meritória actividade exercida bem como a pretensão de instalar a sua sede e centro de actividades em Coimbra.

Mais foi deliberado e em conformidade com esse reconhecimento e a consequente valoração do interesse público implícito, conceder à requerente a isenção do IMI solicitada relativas ao (s) prédio (s) a adquirir no concelho e afectos ao desenvolvimento da sua actividade, nos termos do nº2 do artº12 da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico da Cidade de Coimbra:

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

Digamos, que em relação a este ponto não vamos votar contra não é isso que está em causa, são dúvidas que se colocam e que se pudessem ser esclarecidas.

Objectivamente o orçamento geral do Estado o Governo permitiu criar um regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana que levou que os municípios definissem as áreas que queriam intervir, e é evidente que o município de Coimbra acabou que, ter apenas integrar a área que já estava definida em PDM e nada mais do que isso.

Tendo em conta, que, o regime extraordinário contempla várias áreas de intervenção nomeadamente as isenções de IMI, IRS, Tributação Especial, a opção que a Câmara teve incidiu apenas e única e simplesmente, porque de outra forma não poderia ser, porque não há novo PDM, e áreas degradadas existentes no concelho de Coimbra que deveriam e mereciam ter a atenção especial do município, mas por força da falta dessa revisão concertada, não foi nem vai ser integrada na possibilidade das pessoas que, por Exemplos, no Centro Histórico de S. João do Campo, ou no centro histórico de Almalaguês e por outras freguesias não poderem ser contempladas com estas soluções.

Creio que isto só é possível, porque o PDM já deveria estar revisto, se calhar estas áreas deveriam estar integradas no novo PDM e continuamos limitados e a correr atrás do atraso, no fundo é isso, se calhar tínhamos possibilidades de integrar nessas áreas de reabilitação outras áreas do concelho que não só a área central da Cidade.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

Fundamentalmente só uma chamada de atenção, votaremos favoravelmente e naturalmente esta proposta e no entanto não podemos deixar de chamar a atenção, porque o executivo deveria ter feito melhor o trabalho de casa, incluindo e tendo preparado o terreno para incluir nesta proposta centros históricos de várias freguesias, algumas já aqui citadas, mas seguramente todas as outras que foram objecto de um levantamento e de uma particular atenção do Gabinete do Centro Histórico.

Portanto, valeria apenas ter-se acelerado esse trabalho, valeria apenas ter aprofundado esse trabalho, valeria apenas ter-se feito o trabalho de casa de uma forma mais rápida de forma a que hoje aqui pudéssemos aproveitar para outros locais da cidade que não só os locais urbanos, estes projectos.

Votaremos a favor mas com esta nota de recomendação.

Sob a proposta da Câmara datada de 17 de Agosto último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana para o Centro Histórico da Cidade de Coimbra.

Ponto 4 - "O Vigor da Mocidade" - aquisição de uma parcela de terreno, freguesia de S. Martinho do Bispo:

Neste momento, saiu o deputado José Manuel Ferreira da Silva para não participar na discussão e votação deste processo.

Não havendo comentários sobre o processo mencionado em epígrafe, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 31 de Agosto último, deliberou, por unanimidade adquirir aos senhores Maria Helena de Almeida Fonseca e marido, Fausto Gomes Ramos e Maria Alice de Almeida Fonseca e marido, Fernando Manuel Duarte Gaspar, residentes na Rua Pedro Rodrigues dos Santos, 10 – Ribeira de Frades, em Coimbra, um terreno com a área de 2.700 m², (Campo de Futebol do "Vigor da Mocidade") sito nas Granjeiras, a confrontar de Norte com Maria Augusta Ferreira de Campos, sul com Fancklim Rosa Borralho, Nascente com Maria Rosa Meireles Ferreira e do Poente com Joaquim Maravilha dos Santos, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de S. Martinho do Bispo, Coimbra, sob o artigo 2695 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n.º 1337 da mesma freguesia, pelo preço de 8.100,00 €.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 5 -Clube de Tempos Livres de Santa Clara - cedência de uma parcela de terreno, freguesia de Santa Clara:

Sob a proposta da Câmara datada de 29 de Junho último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ceder gratuitamente ao Clube de Tempos Livres de Santa Clara, em direito de superfície, o prédio com área de 600,00 m2 destinada a equipamento, situada em Alto do Carrapito, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº 00427, Freguesia de Santa Clara, artigo matricial nº 2814, a confrontar do Norte com Rua Projectada, do Sul com Armando Marques de Oliveira, do Nascente com o Lote nº 1 e António Ferreira Almeida e do Poente com Álvaro de Carvalho, com as seguintes condições:

- o direito de superfície é pelo prazo de cinquenta anos, contado da data de assinatura da competente escritura, podendo ser renovado mediante pedido fundamentado com antecedência mínima de um ano;
 - o objecto é a construção de um edifício destinado a Centro Social para Actividades de Tempos Livres, abrangendo designadamente os alunos do Ensino Básico das Escolas da Freguesia de Santa Clara;
 - a construção do edifício fica sujeito ao regime legal respeitante ao licenciamento de obras particulares;
 - o pedido de licenciamento municipal para a construção do edifício deverá ser feito no prazo de 18 meses contado da data de assinatura da escritura;
 - as obras de construção deverão ter início e conclusão nos prazos de um e três anos, respectivamente, contados da data de emissão da licença de construção, podendo o prazo de conclusão ser prorrogado mediante pedido fundamentado com antecedência mínima de dois meses;
 - o direito de superfície reverterá para o Município de Coimbra com as benfeitorias existentes no terreno, sem qualquer indemnização, se os prazos referidos na cláusula anterior não forem cumpridos ou se for alterada a utilização prevista sem autorização prévia da Câmara
- Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6 - Junta de Freguesia de Assafarge - cedência de parcela de terreno:

Sob a proposta da Câmara datada de 29 de Junho último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ceder gratuitamente à Junta de Freguesia de Assafarge uma parcela de terreno pertencente ao domínio privado do Município de Coimbra, terreno destinado a construção de equipamento, situado em Assafarge, com a área de 6.820,00 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº 1516, Freguesia de Assafarge, artigo matricial nº 1359, a confrontar do Norte com António Monteiro, do Sul e Nascente com Município de Coimbra e do Poente com Lote 19 e José Maria Relvão;

A cedência é feita com as seguintes condições:

- o objectivo da cedência gratuita é a construção de um conjunto de equipamentos destinados a servir a população de Assafarge e residente nas freguesias vizinhas;
- o prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra se for dado ao terreno ou edificações nele construídas, fim diferente do estipulado no objecto, não havendo lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 - Regulamento de Apoio a estratos sociais desfavorecidos, na elaboração de projectos de apoio técnico na execução de obras - alteração:

Sob a proposta da Câmara datada de 16 de Março último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e em minuta para efeitos imediatos, aprovar a alteração ao Regulamento de Apoio a estratos sociais desfavorecidos, na elaboração de projectos de apoio técnico na execução de obras, documento que, dada a extensão, fica apenso à presente acta, fazendo parte integrante da mesma.

Para o mesmo assunto, e do mesmo modo foi aprovada a proposta do Sr. Vice-Presidente e que se transcreve:

“Apoio (a Estratos Sociais Desfavorecidos) na elaboração de projectos e acompanhamento técnico na execução de obras particulares.

1. A Câmara Municipal de Coimbra é confrontada amiúde com situações relativas a obras de construção, remodelação, ampliação e conservação (quando sujeitas a licenciamento) realizadas de forma ilegal.

Verifica-se que bastas vezes estas situações correspondem a agregados familiares com baixos recursos que, quando se verifica a possibilidade de legalização com apresentação de projecto (e/ou termos de responsabilidade nas situações mais simples e relativamente às especialidades atestam a realização das obras de acordo com as normas técnicas exigidas), vêm solicitar o apoio do município na elaboração do projecto.

2. Na ausência do projecto aprovado a Câmara Municipal deverá, nos termos da lei, determinar a demolição/reposição do projecto anterior, o que nem sempre é desejável, tecnicamente justificável e/ou exequível de forma evidente. É, por exemplo, o caso em que foi substituído um piso de madeira por piso pré-esforçado, alterada a cobertura, realizada a construção de uma casa de banho (interior) ou, mesmo, em área ampliada.

Como se reconhece (cfr. parecer do Gabinete Jurídico de 30/12/2008 (Inf. 393 da Divisão de Estudos e Pareceres).

3. O Regulamento Municipal para “Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, na Elaboração de Projectos e Acompanhamento Técnico na Execução de Obras” (Edital nº 38/2004) prevê no artº 1º “o apoio à execução de obras destinadas à melhoria das condições de habitabilidade de pessoas ou agregados familiares economicamente carenciados”, através da “elaboração de projectos de arquitectura e de especialidade e outros elementos técnicos necessários ao licenciamento ou autorização para a realização e/ou acompanhamento de obras de conservação, alteração ou ampliação” (artº 2º).

No quadro deste Regulamento o Departamento de Habitação, através da sua Divisão de Promoção de Habitação, tem vindo a prestar o apoio a novas edificações, considerando, no entanto, que o mesmo não se aplica a situações como as descritas em 1., ou seja, em processo de legalização ou a obra embargada, mesmo que o agregado familiar se inclua nas condições de “elegibilidade” previstas no artº 3º (Beneficiários) do citado Regulamento.

4. Este entendimento tem vindo a dificultar a correcção das situações detectadas, arrastando-se as situações relativas a obras iniciadas ou realizadas sem cumprimento dos procedimentos legais (existência de projecto, licenciamento ou comunicação prévia) sempre que estamos perante um quadro

em que as mesmas se consideram como passíveis de legalização – como é o caso das que se reportam a pequenas obras que visam melhorar as condições de habitabilidade – regularização que apenas está pendente de apresentação de projectos para processo de legalização.

Acresce, como já referido, que nas situações que nos importa reter estamos perante um quadro:

- em que não se vislumbra, como já referido, vantagem e/ou possibilidade técnica, facilmente exequível, em determinar a demolição e/ou reposição do projecto (situação) anterior;

- e correspondente a agregado familiar de baixos rendimentos que tem aí a sua habitação própria e repor as condições anteriores, seria mesmo não garantir condições de habitabilidade, para além dos encargos resultantes da sua demolição, não se tirando partido e/ou alcance prático da “reposição da legalidade”, em termos sociais, económicos e mesmo urbanísticos.

Efectivamente se não se defende a legalização da obra executada porque “já está realizada”, não pode o município deixar de reflectir e decidir face à prossecução do fim último da sua actividade o bem comum e a qualidade de vida dos seus cidadãos que, portanto, a todos nos deve animar.

Este quadro e as preocupações sociais e humanas, que devem nortear qualquer decisão, está na origem do arrastar destas situações, já que a demolição é um último ratio, levou a que, neste momento, exista um vasto conjunto de situações em que, nomeadamente quando determinado o embargo, não se concretizou a reposição da situação anterior por manifesta impossibilidade prática e reconhecimento dos prejuízos sociais e humanos que lhe estão associados.

5. Assim, considero que se deverá promover uma adequada metodologia de trabalho a adoptar nestas circunstâncias, politicamente reconhecida e amplamente confirmada, baseada nos seguintes pontos:

5.1. Identificada qualquer ilegalidade deverá promover-se o Embargo, se aplicável, com respeito pelas normas legais exigidas.

5.2. Caso o proprietário venha solicitar o apoio do município e/ou se verifique, mesmo que não o tenha solicitado, que estamos perante um quadro:

- de pequenas obras relativas a uma clara melhoria das condições de habitabilidade;

- que o agregado tem comprovadamente fracos recursos económicos (integração nas condições previstas no nº 3º do Regulamento já referido);

- que existam condições de legalização (não ponha em causa os instrumentos de gestão territorial – PMOT, ou RJUE, etc), a confirmar no âmbito das competências do Município em sede de Gestão Urbanística;

poderá determinar-se o apoio do município para a elaboração do projecto e/ou a realização de uma vistoria e peritagem técnica de avaliação das condições de execução das obras realizadas, visando a possibilidade de legalização.

5.3. Incluir, nos termos da revisão do “Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, na Elaboração de projectos e Acompanhamento técnico na Execução de Obras”, esta possibilidade, tendo presente o atrás referido.

5.4. Criar ou reforçar a/uma estrutura técnica que garanta apoios efectivos do Município à legalização e, se necessário, correcções visando a legalização destas obras.

5.5. Para efeitos de avaliação, peritagem e validação das condições de realização das obras deverão participar técnicos do DGURU (Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana), do DH (Departamento de Habitação),

da DMDHS (Direcção Municipal do Desenvolvimento Humano e Social) e/ou DOGIM (Departamento de Obras e Gestão de Infra-Estruturas Municipais, bem como da DMDHS.

Poderá, ainda, ponderar-se o recurso a pareceres de peritos credenciados, nomeadamente do ITEcons.

5.6. Após a elaboração de projecto de licenciamento e/ou no quadro do projecto de arquitectura e relatórios dos peritos (comissão técnica constituída e/ou peritagem) este só poderá ser Deferido e Licenciadas as Obras e a sua Utilização pelo Vereador com competência delegada.”

Ponto 8 - Previdência Portuguesa - desafecção de uma parcela de terreno do domínio público, freguesia de S. António dos Olivais:

Para este processo, o Sr. Vice-Presidente disse que numa reunião de Câmara foi apreciado um protocolo com a Previdência Portuguesa para junto das suas instalações na Fonte do Castanheiro visando o alargamento do caminho pedonal do edificio que está em construção. Assim, a Previdência assumiu o encargo de realizar esse alargamento, bem como a construção do muro. No entanto, a partir de uma reclamação, detectou-se que o prédio que estava em construção tinha ocupado uma área extremamente diminuta de cerca de 1m² de terreno em espaço público. Mesmo estando em causa este valor, em virtude de ser espaço público tem de haver lugar à sua desafecção.

Neste sentido, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos aprovar a desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno com 0,96 m² para posterior cedência à A Previdência Portuguesa sendo a contrapartida do pagamento a realização do muro de suporte da área a Nascente da Quelha e a sua pavimentação

A parcela de terreno, actualmente integrada no domínio público, com a área de 0,96 m², situada em Fonte da Talha, freguesia de Santo António dos Olivais, a confrontar de Norte, Sul e Nascente com Município de Coimbra e de Poente com a Previdência Portuguesa, foi atribuir o valor de 231,34 €.

Ponto 9 - Desafecção de uma parcela de terreno do domínio público, freguesia de Cernache:

Para este processo, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara datada de 31 de Agosto último, deliberou por unanimidade, aprovar a desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 69,70 m², situada em Vila Nova, Estrada da Casa Telhada, Freguesia de Cernache, e sua integração no domínio privado do Município, tendo em vista a sua posterior integração no logradouro do lote, ficando esta área sem capacidade construtiva. A parcela confronta de Norte com Arlindo Ladeiro Santos, de Sul com Estrada Pública, de Nascente com Fernando Manuel Marques Gouveia e de Poente com caminho.

Mais foi deliberado atribuir à parcela com a área de 69,70 m² o valor de 1394,00 € (mil trezentos e noventa e quatro euros).

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 10 - Associação Portuguesa de Habitação Municipal - adesão:

Sob proposta da Câmara Municipal datada de 2 de Março de 2009, a Assembléia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos,

aprovar a adesão do Município de Coimbra na Associação Portuguesa de Habitação Municipal, estimando-se o valor da adesão em 2.000€.

Ponto 11 - Geminção entre os Municípios de Coimbra e Chaves:

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

"Em relação a esta questão de Geminção com Chaves, não tenho nada a favor nem contra. Mas gostava de ser esclarecida.

No fundo há aqui 26 cidade com que possamos ser geminadas, o que é que se pretende com isto. Não sei porque é que vou votar isto, se houvesse algum esclarecimento poderia ser que eu votasse."

Presidente da Câmara

Evidentemente que cada geminção tem uma história, cada geminção tem uma fundamentação, esta é clara está aqui e não há outra, não posso inventar, há relações particulares entre Chaves e Coimbra.

Portanto, nós propomos esta geminção com todo o entusiasmo e esperamos que a Assembleia a vote.

Sob a proposta da Câmara datada de 17 de Agosto último, a Assembleia Municipal deliberou, com 7 abstenções, aprovar a Geminção entre os Municípios de Coimbra e Chaves.

ADENDA –

Loteamento da Relvinha - 2ª fase - Cedências de Lotes:

Sob a proposta da Câmara datada de 31 de Agosto último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Loteamento da Relvinha - 2ª fase - Cedências de Lotes

Declaração de voto - Pinto Ângelo

"Muito me apraz que consigamos ajudar a Associação de moradores da Relvinha e toda a população empenhada daquela zona da cidade, que consegue avançar ou dar mais um passo significativo no sentido da reabilitação e da utilização dos espaços e do ganho efectivo para a cidade.

Não esquecer que é um projecto cultural em curso que vale apenas destacar e com esta aprovação é extraordinariamente significativo o salto que aquela zona da cidade pode dar.

Estamos a falar de umas das zonas que saltou por si, da degradação. Vale apenas destacar isso, vale apenas confiar nas pessoas, vale apenas dar-lhes a condução dos seus próprios destinos."

Presidente da Assembleia Só quer dar umas palavras muito rápidas.

Em primeiro lugar vou juntar o agradecimento e as felicitações do modo como correu a actividade aqui. Agradecimento que ajudou ao funcionamento abrange os deputados eleitos directos, abrange muito particularmente as Juntas de Freguesia, abrange a Câmara...

A segunda nota é para dizer o que eu sinto ao clima que aqui se foi criando.

Houve por vezes discussões, discordâncias naturalmente, se não houvesse discordâncias não era uma Assembleia propriamente dita. Mas, de facto há aqui um clima de amizade que dá gosto estar aqui. Quando á Assembleia Municipal faço com todo o gosto não é para mim nenhum sacrifício. Sinto aqui

fraternidade e solidariedade e empenhamento conjunto em relação a nossa cidade e ao nosso município, sinto também isso.

A terceira palavra está dita, a crítica que sou alvo, faço essa crítica a mim próprio é de facto deixar falar muito tempo mas isso é um enriquecimento, se ficar tenho de ser mais rigorosa.

A quarta palavra que gostava de dizer é o seguinte:

É uma grande honra estar aqui, o melhor que muitas palavras, eu estive estes 3 dias em Bruxelas no Parlamento Europeu. Perguntavam-me colegas de todos os países se eu continuava na política, eu dizia a todo não sou candidato ao Parlamento Europeu, não sou candidato à Assembleia da República Portuguesa mas dizia que sou candidato à Assembleia Municipal de Coimbra da minha cidade. Dizia isto com muito orgulho, com muito gosto e quero-vos dizer que tenho muito orgulho e gosto em estar aqui.

Muito obrigada a todos.

E sendo 20 horas e 30 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.